



República de Moçambique

PLANO DE ACÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

2008 - 2011

VERSÃO DO DIA
11/JUNHO/08

Índice

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	6
2.1	Programa de Produção de Milho.....	6
2.1.1	Objectivo e metas.....	7
2.1.2	Estratégia de intervenção	7
2.1.3	Distritos prioritários	8
2.1.4	Actividades chaves na cadeia de valor do milho	9
2.1.5	Recursos e financiamento do Programa.....	11
2.2	Programa da Produção de Arroz	12
2.2.1	Objectivo e metas.....	12
2.2.2	Estratégia de intervenção	13
2.2.3	Distritos prioritários	14
2.2.4	Actividades Chaves na Cadeia de Arroz.....	14
2.2.5	Competitividade da produção de arroz	18
2.2.6	Recursos e Financiamento do Programa.....	19
2.3	Programa de Produção de Trigo	20
2.3.1	Objectivos e metas	20
2.3.2	Distritos prioritários	21
2.3.3	Competitividade da produção de Trigo.....	22
2.3.4	Actividades Chave na Cadeia de Trigo.....	22
2.3.5	Orçamento e financiamento do Programa.....	24
2.4	Programa de Produção de Mandioca	24
2.4.1	Objectivo e Metas	25
2.4.2	Distritos prioritários para a produção da mandioca	25
2.4.3	Intervenções Chaves na Cadeia de Mandioca.....	26
2.4.4	Recursos e financiamento do Programa.....	27
2.5	Programa de Produção de Batata-reno.....	27
2.5.1	Objectivo e Metas	28
2.5.2	Distritos prioritários	28
2.5.3	Intervenções Chave na Cadeia de Batata-reno.....	29
2.5.4	Recursos e financiamento do Programa.....	30
2.6	Programa de Produção de Oleaginosas.....	30
2.6.1	Objectivos e metas	31
2.6.2	Girassol	31
2.6.3	Programa de Soja	32
2.6.4	Programa de aproveitamento da semente de Algodão.....	33
2.6.5	Intervenções Chave na Cadeia das Oleaginosas	34
2.6.6	Recursos e financiamento do Programa.....	35
2.7	Programa de Produção de Frango	35
2.7.1	Objectivo e Metas	36
2.7.2	Zonas Prioritárias	37
2.7.3	Intervenções Chaves na Cadeia de Produção de Frango	37
2.7.4	Orçamento e financiamento do Programa.....	37
2.8	Programa de Produção de Peixe	38

2.8.1	Objectivo e metas:.....	39
2.8.2	Estratégia de intervenção	40
2.8.3	Localização dos distritos prioritários	40
2.8.4	Actividades chaves na cadeia de valor do peixe.....	41
2.8.5	Orçamento e financiamento do Programa.....	42
2.8.6	Fontes de Financiamento(Meticais):.....	43
3.	COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA	44
3.1	Escoamento e Armazenagem.....	45
3.1.1	Escoamento	46
3.1.2	Armazenagem	46
3.1.3	Acções de Intervenção	51
3.2	Rede Comercial.....	51
3.1.4	Acções de intervenção para a expansão da rede comercial.....	53
3.3	Comercialização agrícola.....	53
3.4	Financiamento da Comercialização	54
4.	AGRO-PROCESSAMENTO	55
5.	MERCADOS	56
5.1	Mercado Interno.....	56
5.2	Mercado Externo.....	58
6.	MEDIDAS FISCAIS E ORÇAMENTO.....	60
6.1	Medidas fiscais.....	60
6.2	Orçamento Global dos Programas	61
7.	MECANISMOS DE COORDENAÇÃO	64
8.	MEDIDAS A TOMAR PELO GOVERNO	65

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Metas Para A Produção De Milho (Ton)	7
Tabela 2: Orçamento milho (MT).....	11
Tabela 3: Metas para a produção de arroz.....	13
Tabela 4: Purificacao da semente.....	15
Tabela 5: Fábricas de processamento existentes	17
Tabela 6: <i>Pacote tecnológico 3:</i>	18
Tabela 7: Pacote tecnológico 2:	18
Tabela 8: Preços indicativos	18
Tabela 9: Necessidades de recursos para intervenção do sector público (MT)..	19
Tabela 10: Metas de produção de trigo.....	21
Tabela 11: <i>Pacote tecnológico 3</i>	22
Tabela 12: Pacote tecnológico 2	22
Tabela 13: Necessidades de recursos para intervenção do sector público (MT)	24
Tabela 14: Metas de produção de mandioca	25
Tabela 15: Necessidades de recursos para intervenção do sector público (MT)	27
Tabela 16: Metas de produção de batata-reno	28
Tabela 17: <i>Necessidades de recursos para intervenção do sector público (MT)</i>	30
Tabela 18: Produção de girassol.....	31
Tabela 19: Metas de produção de soja	32
Tabela 20: Produção global de oleaginosas.....	33
Tabela 21: Necessidades de recursos para intervenção do sector público	35
Tabela 22: Produção e Importações de frangos de 2005 a 2009.....	36
Tabela 23: Orçamento (primeiro ano).....	38
Tabela 24: Orçamento 2008/9 – 2010/11	38
Tabela 25: Metas previstas para o reforço da produção de pescado	39
Tabela 26: Distritos prioritários na produção de pescado	40
Tabela 27: Metas da intervenção na área pesqueira.....	42
Tabela 28: Necessidades de recursos para intervenção do sector público	42
Tabela 29: Recursos para a criação de condições para o sector privado.....	43
Tabela 30: Orçamento do Estado (Ministério das Pescas).....	43
Tabela 31: Projecção da Produção no âmbito da Revolução Verde.....	45
Tabela 32: Estimativas de excedentes comercializáveis (ton)	45
Tabela 33: Rede de armazenamento	47
Tabela 34 Capacidade Actual (Armazéns) em Tons	48
Tabela 35 Capacidade Actual (Silos) em Tons.....	48
Tabela 36: Plano de reabilitação e construção de silos (ton)	49
Tabela 37: Evolução da Capacidade de Silos.....	50
Tabela 38: Evolução da Capacidade de Armazéns	50
Tabela 39: Distribuição da rede grossista por província e o.....	52
Tabela 40: Distribuição da rede retalhista por província e o.....	52
Tabela 41: Programas de apoio à Comercialização	54
Tabela 42: Orçamento por programa (MT)	61
Tabela 43: Investimento público e privado (MT).....	61
Tabela 44: Investimento público por produto (MT).....	62

Tabela 45: Necessidades e disponibilidade de semente de 2008/9 a 2010/11...	67
Tabela 46: Investimento para o IIAM	67
Tabela 47: Investimentos em Actividades de Suporte (MT)	69
Tabela 48: Mecanização Agrícola	71
Tabela 49: Irrigação	72
Tabela 50: Extensão Agrária	73
Tabela 51: Produção da semente básica na campanha 2008/09	79
Tabela 52: Produção da semente básica em 2009/10	79
Tabela 53: Produção da semente básica em 2010/11	80
Tabela 54: Produção de semente certificada e garantida na campanha 08/09 ..	80
Tabela 55: Produção de semente certificada I na campanha 09/10	81
Tabela 56: Produção de semente certificada II na campanha agrícola 2010/11	82
Tabela 57: Necessidades e disponibilidade de semente (ton)	82
Tabela 58: Plano de aquisição de sementes e orçamento previsto para	83
Tabela 59: Produção de Amendoim.....	84

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO 1: ÁREAS DE APOIO À PRODUÇÃO	66
ANEXO 2: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NO QUADRO DA REVOLUÇÃO VERDE	77
ANEXO 3: PROGRAMA DE SEMENTES	79
ANEXO 4: PROGRAMA DE AMENDOIM.....	84

1. INTRODUÇÃO

Cerca de 70% da população Moçambicana vive nas zonas rurais e pratica a agricultura como sua principal fonte de obtenção de renda. A produção agrária é desenvolvida feita maioritariamente pelo sector familiar, que ocupa mais de 97% dos 5 milhões de hectares actualmente cultivados. A agricultura em Moçambique ainda é caracterizada por baixo nível de utilização de tecnologias melhoradas. Com efeito, apenas 5% dos produtores, dos 3.3 milhões de explorações agrícolas existentes no País, usa sementes melhoradas e fertilizantes. O nível de utilização da tracção animal situa-se à volta de 12%.

Moçambique tem vindo a registar um crescimento significativo na produção agrária, sendo de destacar o facto de o País já produzir excedente no milho e mandioca. A título de exemplo, a produção de milho passou de 1.3 milhões de toneladas em 2005 para 1.6 milhões em 2007, enquanto que a produção da mandioca passou de 6.6 milhões de toneladas em 2005 para 8.2 milhões de toneladas em 2007.

Não obstante estes progressos, a produção e produtividade agrária ainda não atingiram níveis satisfatórios, registando-se um défice em produtos alimentares básicos como arroz na ordem de 316 mil toneladas e o trigo com um défice de 469,500 toneladas. O Balanço Alimentar Nacional aponta para existência de défice de outros produtos alimentares básicos tais como batata-reno (169,300 toneladas), frango (24,000 toneladas), óleo alimentar (50,400 toneladas) e peixe (54,000 toneladas).

Esta situação poderá ser agravada pela actual tendência crescente de aumento de preços dos principais produtos alimentares no mercado internacional.

A crise alimentar mundial deve-se a uma combinação de vários factores, entre os quais: (i) o aumento constante dos preços dos combustíveis e seus derivados, que levam ao agravamento dos preços dos insumos agrícolas, principalmente dos agroquímicos (ii) as mudanças climáticas que levam à redução da produção e produtividade (iii) utilização de cereais para produção de biocombustíveis e para outros usos industriais.

A Estratégia do Governo para fazer face à crise alimentar centra-se no aumento da produção agrária nacional. Para o alcance deste objectivo, a Estratégia da Revolução Verde aprovada pelo Governo em 2007, constitui o principal instrumento orientador.

Para assegurar o aumento sustentável da produção agrária e auto-suficiência alimentar afigura-se necessário intervir em todos os segmentos da cadeia de

valor, nomeadamente produção, escoamento, armazenagem, processamento e distribuição (mercado interno e mercado externo).

O presente Plano de Acção para a produção de alimentos da mitigação de crise alimentar tem como objectivo a eliminação do défice dos principais produtos alimentares nos próximos 3 anos e reduzir a dependência das importações.

2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Pretende-se através de programas nacionais a concentração de esforços para o aumento da produção e produtividade em determinadas culturas e produtos considerados fundamentais para consumo das famílias moçambicanas, nomeadamente milho, arroz, trigo, mandioca, batata-reno e oleaginosas (girassol, soja, algodão semente e amendoim). A abordagem do programa toma em conta as potencialidades agro-ecológicas das zonas de incidência, para além das condições necessárias na cadeia de produção. Serão considerados nos programas nacionais os aspectos transversais (nomeadamente sementes, fertilizantes, tracção animal, mecanização agrícola, irrigação, campanhas fitossanitárias, extensão e investigação) mais importantes para a garantia de uma boa produção e produtividade.

O Plano de Acção, que centra-se na abordagem da cadeia de valor, toma em atenção a competitividade das culturas, pois pretende servir tanto o mercado, nacional como o externo, onde o preço final doméstico entra em competição com os preços do mercado externo. A abordagem da competitividade é acompanhada pela lógica de induzir o aumento da produção se este for eficiente e rentável, mesmo que parte significativa da produção se destine ao auto-consumo dos produtores.

2.1 Programa de Produção de Milho

O País, sobretudo nas regiões Centro e Norte, tem experimentado uma produção excedentária de milho, resultante da produção extensiva com baixos níveis de produtividade. O desafio é aumentar a eficiência de uso da terra, através do programa de intensificação da produção do milho para reforçar a necessidade de consumo humano principalmente para o sul do país onde o défice é de cerca de 100 mil toneladas e também responder as necessidades crescentes em matéria-prima para transformação do milho em outros derivados, como por exemplo as rações para animais.

2.1.1 Objectivo e metas

O Programa de milho prevê a intensificação da produção em áreas na ordem de 50.000, 80.000 e 120.000 hectares respectivamente para as campanhas relativas a 2008/09, 2009/10 e 2010/11. Os níveis de produção adicional esperada nas três campanhas situam-se em 65.000, 120.000 e 204.000 toneladas. O Impacto final na Balança Alimentar Nacional será um excedente de 115.262, 168.402 e 328.880 toneladas nas campanhas acima referidas.

A tabela abaixo indica as metas de produção de milho previstas para as próximas três campanhas.

Campanha	2008/09	2009/10	2010/11
Produção sem Intensificação (Ton)	1.789.062	1.874.142	2.041.907
Produção com Intensificação (Ton)	65.000	120.000	204.000
P1	65.000	120.000	204.000
Total de Produção (ton)	1.854.062	1.994.142	2.245.907
Consumo (ton)	1.738.800	1.825.740	1.917.027
Deficit/Excesso (ton)	115.262	168.402	328.880
Défice/Excesso em % do consumo	6,63%	9,22%	17,16%
Semente Certificada (c1/c2) (ton)	1.250	2.000	3.000
Feiras de Insumos (MT)	25.000.000	40.000.000	60.000.000
Feiras de Insumos (\$USD)	1.000.000	1.600.000	2.400.000
Taxa de crescimento	9%	8%	13%

Área Total (ha)	2.188.143	2.242.816	2.642.592
Área sem Intensificação (ha)	2.138.143	2.162.816	2.522.592
Área a Intensificar (ha)	50.000	80.000	120.000
P1 (ha)	50.000	80.000	120.000

Nota: Semente c1/c2 esperada para alimentar a campanha agrícola 2008/09- 5000 toneladas.

Estimativa preliminar do deficit de semente (c1/c2)- cerca 500 toneladas

Tabela 1 Metas Para A Produção De Milho (Ton)

2.1.2 Estratégia de intervenção

A Estratégia de intervenção no milho consiste:

- na disponibilização de semente certificada aos pequenos produtores do sector familiar, através das feiras de insumos agrícolas; espera-se beneficiar cerca de 230 mil produtores no primeiro ano.

- no fortalecimento do sistema de armazenamento e comercialização agrícola, onde a construção de silos nas zonas estratégicas passará pela intervenção do Estado em parceria com o sector privado.

2.1.3 Distritos prioritários

O milho é uma cultura que se produz em todo o País. O Programa de Milho concentrar-se-à nos distritos com o maior potencial agrícola, já identificados para a operacionalização da Estratégia da Revolução Verde:

Zona Centro:

Província de Sofala:

- Gorongosa
- Nhamatanda
- Maringué
- Caia

Província de Manica

- Gondola
- Sussundega
- Manica
- Bárue

Província de Tete

- Angónia
- Tsangano
- Macanga

Província de Zambézia

- Alto Molócuè
- Mocuba
- Morrumbala
- Gurué
- Milange
- Ile
- Namarói

Zona Norte:

Província de Cabo Delgado

- Mueda
- Nangade

- Muidumbe
- Montepuez
- Namuno
- Balama
- Chiúre
- Quisanga

Província de Nampula

- Murrupula
- Lalaua
- Malema
- Ribáuè
- Mecubure

Província de Niassa

- Marrupa
- Nipepe
- Maua
- Cuamba
- Mecanhelas
- Madimba
- Ngauma
- Lichinga

Zona Sul

Província de Maputo

- Moamba

Província de Gaza:

- Chókwè
- Guijá
- Xai-Xai

As zonas Centro e Norte do país apresentam condições agroclimáticas mais favoráveis para a prática da cultura de milho. Da produção média nacional a zona centro representa 55% do total, a norte 33% e a zona sul somente 12%.

2.1.4 Actividades chaves na cadeia de valor do milho

Pesquisa

- Desenvolver variedades de alto rendimento por hectare:
 - Produzir semente pré-básica e básica nos Centros Zonais de investigação de Chókwè e Sussundenga, para satisfazer as necessidades de semente;
 - Registrar e massificar a produção da semente básica das variedades híbridas recentemente desenvolvidas pelo IIAM, nomeadamente ULIPA e Kwaedza.

Produção de semente

- Assegurar a implementação de programas de produção de sementes melhoradas:
 - Celebrar Contratos-programa com as empresas especializadas de sementes, para assegurar a produção de semente certificada das variedades mais produtivas (exemplo: matuba, sussuma e PAN 67).
 - Apoiar as associações de produtores de semente na multiplicação e processamento, assegurando acesso à semente básica, providenciando serviços de inspecção e assistência técnica e apoio na aquisição de pequenas unidades de beneficiamento de semente;
- Assegurar o controlo de qualidade de semente:
 - Apetrechar e operacionalizar os laboratórios regionais de Lionde, Chimoio e de Nampula (Posto Agronómico de Nampula);
 - Reforçar a rede de cobertura de inspecção de campos de produção de sementes;

Produção agrícola

- Assegurar a realização atempada das feiras de insumos nos distritos prioritários;
- Adquirir, treinar e distribuir juntas de tracção animal;
- Assegurar assistência técnica aos produtores, através da rede de extensão;

- Realizar campanhas fitossanitárias, nomeadamente para controlo das pragas migratórias (lagarta invasora, gafanhoto vermelho), da broca de colmo, ratos e das pragas de armazém (gorgulhos);

Agroprocessamento

- Fomentar pequenas unidades de processamento para a dinamização da produção e consumo;
- Atrair o sector privado a investir em grandes unidades de farinação em distritos mais produtivos (exemplo: Milange, Nhamatanda)

Comercialização agrícola

- Implementar um programa de construção, reabilitação e gestão de silos nas províncias estratégicas;
- Massificar a divulgação de preços de compra de milho, utilizando sobretudo a rádio e as comunicações móveis;
- Reduzir as perdas pós-colheita através de difusão de técnicas de conservação (celeiros melhorados e tratamentos químicos); considerar celeiros comunitários onde seja aplicável;
- Abrir/reabilitar vias vicinais de acesso que ligam as zonas de produção e os mercados;
- Encorajar a expansão da rede comercial nas zonas de maior potencial agrícola.

2.1.5 Recursos e financiamento do Programa

Necessidades de recursos para intervenção do sector público

Tabela 2: Orçamento milho (MT)

Intervenção	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Programa de pesquisa, com ênfase na produção de semente básica	4.000.000	4.600.000	5.050.000	13.650.000
Contrato-programa de produção de semente básica (25% do total)	1.850.835	2.176.888	2.464.583	6.492.306
Contrato-programa para a produção de Semente certificada	3.995.757	6.393.211	9.589.817	19.978.785
Programa de multiplicação e beneficiamento de semente	13.125.000	3.281.250	3.937.500	20.343.750
Reforço do sistema de inspeção de sementes	14.950.000	1.125.000	1.125.000	17.200.000
Fomento da tração animal	54.902.800	74.762.800	84.693.700	214.359.300
Construção de silos	692.000.000	600.300.000	514.500.000	1.806.800.000
Construir armazéns, tanques e terminais de cereais		212.500.000		212.500.000
Criar facilidades financeiras para a intervenção do sector privado na compra de excedentes	100.000.000	100.000.000	100.000.000	300.000.000
Feiras de Insumos	25.000.000	40.000.000	60.000.000	125.000.000
Revitalização da SEMOC	30.000.000	10.000.000		40.000.000
Proteção de plantas	3.946.810	3.695.810	3.695.810	11.338.430
Extensão	118.658.799	174.474.960	234.161.600	527.295.359
Crédito especial para a comercialização	125.000.000	125.000.000	125.000.000	375.000.000
Crédito	63.697.844	78.359.267	98.359.267	240.416.378
Total	1.251.127.845	1.436.669.186	1.242.577.277	3.930.374.308

Fontes de Financiamento

- Orçamento do Estado
 - MINAG:
 - Campanha 2008/09 75,000,000MT (Programa de Feiras de Insumos);
 - Fundos resultantes da re-priorização do Orçamento de 2008;
 - MIC: Alocados 250,000,000MT para a primeira fase do Programa de Silos.

Necessidades de recursos para intervenção do sector privado

- i. Investimento nas unidades de processamento de semente (unidades novas para Zambézia, Tete e Nampula e revitalização da SEMOC);
- ii. Investimento nas fábricas de processamento de cereais;
- iii. Crédito de comercialização agrícola
- iv. Crédito para o investimento no estabelecimento de unidades de agroprocessamento.

Fontes de Financiamento

- Fundos do Estado:
 - O Governo (MIC/MINAG) aprovou em Maio/08 a Iniciativa de Desenvolvimento de Empresas da Agro-indústria (IDEA), no valor de 500 milhões de MT, que será operacional em 2009 (parceria com a USAID).

2.2 Programa da Produção de Arroz

A área de produção potencial de arroz no País é estimada em cerca de 900.000 hectares, dos quais apenas cerca de 200.000 ha são cultivados. Cerca de 90% da área cultivada localiza-se nas Províncias da Zambézia e Sofala, onde esta cultura é praticada nas zonas baixas. As Províncias de Nampula e Cabo Delgado ocupam uma área total de 7% e os restantes 3% pertencem à zona Sul do País, com destaque para a província de Gaza (distrito Chókwè).

Apesar do País estar a registar melhorias em termos de produção agrícola, esta ainda não satisfaz as necessidades de consumo da população, facto que leva o país a recorrer às importações para cobrir o défice, estimado em cerca de 316.000 toneladas.

2.2.1 Objectivo e metas

Para reverter esta situação de défice o plano prevê a intensificação da produção numa área crescente de 22.000 ha, 114.500 ha e 169.500 nas campanhas 2008/09, 2009/10 e 2010/11 respectivamente, para atingir uma produção da ordem das 262.000, 607.230 e 898.094 toneladas de arroz em casca, respectivamente. Com estes níveis de produção perspectiva-se eliminar a dependência do País às exportações.

A área de intensificação para a campanha 2008/09 (22.000 ha) é limitada à disponibilidade de semente, cujo stock actual é de cerca de 2,240 toneladas.

O Quadro a seguir apresenta as metas de produção de Arroz para as próximas três campanhas:

Tabela 3: Metas para a produção de arroz

Arroz	PRODUÇÃO		
	2008/09	2009/10	2010/11
Campanha			
Sem Intensificação	212.098	221.730	244.844
Com Intensificação	53.000	355.000	687.000
P3	21.000	105.000	150.000
P2	32.000	250.000	480.000
P1	0	0	57.000
Total de Produção (casca)	265.098	576.730	931.844
Produção (sem casca)	159.059	346.038	559.106
Consumo	552.475	566.287	580.444
Deficit/Exce	-393.416	-220.249	-21.338
Deficit/consumo %	-71,21%	-38,89%	-3,68%
Taxa de crescimento	32%	118%	62%

Área Total	231.301	236.630	243.729
Área (ha) sem Intensificação	209.301	121.630	33.000
Área (ha) a Intensificar	22.000	115.000	210.000
P3	6.000	15.000	20.000
P2	16.000	100.000	160.000
P1	0	0	30.000
Semente Certificada (c1/c2) (tn)	2.200	11.500	21.000
NPK 12:24:12+ureia-46% (tn)	3.400	14.500	22.000
Orçamento para Unidades de Agro-proc.	48.000.000	252.000.000	300.000.000
Crédito de campanha (MT)	274.000.000	1.285.000.000	1.992.000.000
Total (MT)	322.000.000	1.537.000.000	2.292.000.000
Total (USD)	13.416.667	64.041.667	95.500.000

Nota: Semente c1/c2 esperada para a campanha agrícola 2008/09- 4110 toneladas.

2.2.2 Estratégia de intervenção

A estratégia de intervenção na cultura do arroz assenta em duas abordagens:

- **Produção extensiva:** disponibilização de semente certificada aos pequenos produtores, usando as feiras de insumos agrícolas (com senha específica de semente de arroz) e através da selecção e tratamento da semente própria dos produtores;
- **Produção intensiva** com base em pacotes tecnológicos com uso de semente certificada e fertilizantes, em sistemas irrigados.

2.2.3 Distritos prioritários

Na Estratégia da Revolução Verde os distritos com maior potencial agrícola para a produção do arroz são os seguintes:

Zona Centro :

Província de Zambézia:

Nicoadala
Morrumbala
Chinde
Mopeia
Namacura
Maganja da Costa;
Inhassunge

Província de Sofala:

Dondo
Búzi
Beira

Zona Norte:

Província de Nampula
Angoche
Província de Cabo-Delgado
Muidumbe (N'guri)
Balama (Chipembe)

Zona Sul:

Província de Maputo
Matutuíne
Manhiça

Província de Gaza
Chókwè
Xai-xai
Bilene
Mandlakaze

2.2.4 Actividades Chaves na Cadeia de Arroz

Pesquisa

- Desenvolver variedades de alto rendimento;
- Produzir semente pré-básica e básica nos centros zonais de investigação de Chókwè e Quelimane, para satisfazer as necessidades de semente;
- Proceder à purificação genética da semente, com recurso à parceria entre o IIAM e o Instituto Internacional de Pesquisa de Arroz (IRRI), no âmbito do Memorando assinado em Janeiro de 2006, entre o MINAG e a IRRI.
- Na Província da Zambézia: implementar o Programa de Arroz com assistência técnica vietnamita, a ser financiado pelo Governo de Moçambique e pelo JICA;

Pretende-se para o futuramente criar Centros de Pesquisa em Arroz, no Chókwè e Nicoadala, com extensão para Mopeia e Chinde, onde a

investigação e a transferência de tecnologia, através dos campos de demonstração de resultados, serão prioridade. Estes centros poderão auto-financiar-se significativamente com os resultados dos trabalhos de pesquisa e produção.

No âmbito da **purificação da semente de arroz**, prevê-se a produção das seguintes quantidades de sementes pré-básica e básica, ao longo dos três anos de implementação do programa piloto nas Estações Experimentais do IIAM:

Tabela 4: Purificação da semente

Ano	Local	Área (ha)	Quantidade (kg)	Categoria de semente
2008/09	Chókwè	5	10.000	Básica
	Quelimane	5	10.000	Básica
2009/10	Chókwè	250	500.000	Básica
	Quelimane	250	500.000	Básica
2010/11	Chókwè	500	1.500.000	Certificada
	Quelimane	500	1.500.000	Certificada

Variedades Chókwè ITA 312 e Limpopo/IR64
 Quelimane ITA 312, Chupa e C4 63

Produção de semente

- Assegurar a implementação de programas de produção de semente certificada através de:
 - Contratos-programa com empresas especializadas de sementes, para assegurar a produção de semente certificada das variedades mais produtivas e adaptadas às zonas de produção (exemplo: ITA 312, Limpopo, Chupa e outras).
 - Apoio aos pequenos produtores de arroz na selecção, tratamento e conservação de semente própria para campanhas seguintes;
 - Apoio às associações de produtores de semente na multiplicação e beneficiamento de semente (fornecimento de semente básica, inspecção e assistência técnica e apoio na aquisição de pequenas unidades de beneficiamento de semente);

Produção agrícola

- Aprovisionar atempadamente os fertilizantes e pesticidas:
 - Importar 15 mil toneladas (10 mil ton de ureia e 5 mil ton de NPK);

- Popularizar o uso dos fertilizantes orgânicos e minerais (ex. Guano e diatomites);
- Revitalizar e expandir a rede comercial de insumos agrícolas através de:
 - Treinamento e assistência técnica;
 - Apoio financeiro com linhas de crédito/fundos de garantia para comercialização de insumos e investimento;
- Realizar atempadamente as feiras de insumos agrícolas nos distritos prioritários (senha específica de semente de arroz e fertilizantes);
- Implementar o Programa de Fortalecimento da Rede de Insumos Agrícolas¹ - uma parceria do Governo/MINAG, Programa SG2000 e USAID - centrado nas seguintes intervenções:
 - Capacitação técnica dos retalhistas de insumos agrícolas, já em curso no Corredor da Beira e será extendido para outras regiões do país;
 - Parceria público-privada para o estabelecimento de uma Terminal Regional de Fertilizantes na zona do Porto da Beira (espera-se que esteja operacional em 2009);
 - Implementação de um Programa-piloto de 3 anos (início na campanha 2008/9) para o fortalecimento e expansão da cadeia de comercialização de insumos (Vouchers);
- Assegurar o aproveitamento pleno, na campanha 2008/09, dos 11,365 hectares de sistemas de irrigação já operacionais e continuar a construção/reabilitação adicional de 6,040 ha e de 6,300 ha nas campanhas subsequentes.
- Assegurar a importação e repassagem de equipamento de preparação de terras (tratores e multi-cultivadoras) e de colheita (debulhadoras móveis e autocombinadas);
- Assegurar assistência técnica aos produtores, através da rede de extensão;
- Realizar campanhas fitossanitárias, nomeadamente para controlo das pragas migratórias (pássaros, lagarta invasora, gafanhoto vermelho) e das pragas de armazém (gorgulhos);

Agroprocessamento

- Ampliar a capacidade de processamento de arroz através de:

¹ Este Programa não é exclusivo ao arroz, mas esta cultura é uma das prioritárias, para além da horticultura, oleaginosas

- Atracção do sector privado para investir na reabilitação e equipamento das fábricas existentes:
- Apoio às associações de produtores em equipamento de processamento (unidades com capacidade entre 300kg e 1,0 ton/hora)

Tabela 5: Fábricas de processamento existentes

Fábrica	Localização	Estado
Conhane	Gaza – Chókwè	Paralisada. DELTA TRADING e APROSEL estão preparando a sua reabilitação
EX-ORLI/MIA (MOÇFER)	Gaza – Chókwè	Em modernização. Re-inicia actividades em 2008, com capacidade de 20 mil ton/ano
Sorgaza	Gaza – Chibuto	Paralisada
Sorgaza	Gaza - Xai-Xai	Paralisada
Orizícola Moçambicana	Maputo – Bela Vista	Parcialmente Funcional
Inácio de Sousa	Manhiça - Palmeira	Linha 1 funciona 100% (10 mil ton/ano);
Fábrica de Quelimane	Zambézia – Quelimane.	Paralisada
Fábrica de Nante	Zambézia – M. da Costa	Paralisada
Fábrica de Murrie	Morrumbala	Paralisada
Fabriquetas do Grupo AGT	Nampula (cidade)	Processam arroz para lojas do AGT
Fabriquetas do CENOCUR	Nampula (cidade)	Processam arroz para as lojas CENOCUR
Fábrica de Angoche	Angoche	Não funciona
Fábrica Arroz de Nampula (JFS)	Nampula (cidade)	Parcialmente funcional
Fábrica da Manga	Cidade da Beira (Manga)	Instalado novo equipamento

Comercialização agrícola

- Definir preços de referência para estimular a adesão dos produtores, em concertação com os produtores e as agro-indústrias.
- Divulgar os preços de compra de arroz, utilizando a rádio e as comunicações móveis;
- Reduzir as perdas pós-colheita através da difusão de técnicas de conservação (celeiros melhorados e tratamentos químicos); considerar celeiros comunitários onde seja aplicável;

2.2.5 Competitividade da produção de arroz

O relançamento da produção e comercialização de arroz somente ganhará a adesão dos produtores se for competitiva, isto é, se o programa lhes permitir ganhar dinheiro.

Face à conjuntura actual dos preços dos insumos e do preço de venda de arroz no mercado, estão reunidas as condições para uma produção a preços competitivos, nos três pacotes tecnológicos considerados. Em resumo são apresentados os principais indicadores económicos:

Tabela 6: *Pacote tecnológico 3: Intensificação em regadio com pacote completo*

Item	Custo/ha
Operações de campo	10.000,00
Insumos	9.000,00
custos indirectos	4.000,00
Custo total	23.000,00
Rendim./ha (em casca)	5.000 kg
Custo por kg	4,60
Preço de compra	7,00
Proveitos/ha	35.000,00
Lucros/ton	12.000,00

Rendimento crítico: 3,3 toneladas/ha

Tabela 7: *Pacote tecnológico 2: Intensificação em regadio com pacote médio*

Item	Custo/ha
Operações de campo	7.900,00
Insumos	6.100,00
custos indirectos	1.500,00
Custo total	15.500,00
Rendim./ha	3.000 kg
Custo por kg	5,10
Preço de compra	7,00
Proveitos/ha	21.000,00
Lucros/ton	5.500,00

Rendimento crítico: 2,3 toneladas/ha

Com esta estrutura de custos e preços de venda, o preço final à porta da fábrica seria de USD 750,00 por tonelada:

Tabela 8: Preços indicativos

Preço na Fábrica	MT/kg
Compra do arroz	7,00
Equivalente arroz limpo	12,00
Preço Grossista	
Compra na Fábrica	19,00
Preço/ Ton na Fábrica	\$750.00

2.2.6 Recursos e Financiamento do Programa

Tabela 9: Necessidades de recursos para intervenção do sector público (MT)

intervenção	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Programa de pesquisa, com ênfase na produção de semente básica e purificação genética	25.237.070	88.915.949	94.340.518	208.493.537
Programa comercial e local de semente certificada	11.675.648	61.031.794	111.449.363	184.156.805
Feiras de insumos	3.950.000	3.950.000	3,950,000	7.900.000
Construção e reabilitação de sistemas de regadio	426.187.500	1.332.187.500	1.597.687.500	3.356.062.500
Estabelecimento de centros de demonstração	112.500.000			112.500.000
Aquisição de unidades industriais móveis	40.800.002			40.800.002
Campanhas fitossanitárias	5.946.810	5.695.810	5.695.810	17.338.430
Ampliação e treinamento da rede de extensão	118.658.799	174.474.960	234.161.600	527.295.359
Fundos para crédito agrícola bonificado	239.500.000	535.000.000	825.000.000	1.599.500.000
Total	984.455.829	2.201.256.013	2.868.334.791	6.054.046.633

Fontes de Financiamento:

- Fundos do Estado
 - MINAG: fundos da re-priorização do Orçamento 2008;
 - Orçamento aprovado para 2008 e anos seguintes (CDMP actual).
 - Financiamento da JICA ao Programa de cooperação Moçambique - Vietname (USD 3,5 milhões para três anos);
 - Fundo especial de Crédito (*Revolving Fund*) para Maputo e Gaza²;

² O Fundo global é de USD 7,0 milhões, resultante da parceria MIC/MINAG/USAID. Os fundos de reembolso do crédito concedido em 2006/07 (Linha de crédito de Arroz e Hortícolas de USD 1,5 milhões) e em 2007/08 (Linha de Crédito de Emergência, de USD 5,5 milhões), podem ser reinvestidos em novos créditos. O Fundo de crédito disponível depende fortemente da taxa de recuperação do crédito.

Necessidades de recursos para intervenção do sector privado:

- v. Investimento nas unidades de processamento de semente (unidade novas para Zambézia e Nampula e revitalização da SEMOC);
- vi. Investimento na reabilitação e equipamento das fábricas de processamento de arroz paralisadas e construção de pequenas unidades de processamento (capacidade de 300Kg a 1,0 ton/hora);
- vii. Crédito de campanha agrícola, de investimento em equipamentos e agroprocessamento;

Fontes de Financiamento

- Fundos do Estado
 - Iniciativa de Desenvolvimento de Empresas de Agro-indústria (IDEA): 500 milhões de Meticais (operacional no início de 2009);
 - Programa de Repassagem de Equipamento (Italian Commodity Aid), com 7,0 milhões de Euros, destinados à importação de equipamentos (agro-industriais e de transporte sobretudo) e sua repassagem ao sector privado. Está agora na segunda fase e é dirigido pelo MIC/MINAG/MF em coordenação com o MNEC da Itália.

2.3 Programa de Produção de Trigo

A cultura do trigo em Moçambique apresenta uma produção ainda não significativa. A aposta actual visa reactivar e potenciar os produtores em insumos para produção de trigo nas zonas reconhecidamente aptas, o que passa pela expansão das áreas actuais de cultivo. O défice actual desta cultura situa-se em 469.500 toneladas/ano.

2.3.1 Objectivos e metas

Para o programa desta cultura, a evolução das áreas será de 11.350 ha, 22,875 ha e 45.000 ha e uma produção de 21.300 ton, 46.313 ton e 96.750 ton respectivamente para as campanhas 2008/09, 2009/10 e 2010/11. Esta produção poderá diminuir a necessidade de importação, reduzindo o défice em 387.9 mil toneladas na campanha 2010/11 o que corresponde a 80% do consumo total projectado.

A tabela a seguir mostra as metas de produção de trigo nas próximas três campanhas agrícolas:

Tabela 10: Metas de produção de trigo

PRODUÇÃO			
TRIGO			
Campanha	2008/09	2009/10	2010/11
Produção sem Intensificação	0	0	0
Produção com Intensificação	21,300	46,313	96,750
P1	9,750	17,063	29,250
P3	11,550	29,250	67,500
Total de Produção de trigo	21,300	46,313	96,750
Total produção em farinha de trigo	15,975	34,734	72,563
Total produção - contribuição de mandioca	3,994	8,684	18,141
Grande Total de produção farinha (trigo+mand)	19,969	43,418	90,703
Consumo	461,250	472,781	484,601
Deficit/Exce	439,950	426,469	387,851
Deficit/Consumo %	95.38%	90.20%	80.04%
Area de Trigo (ha)	11,350	22,875	45,000
P1 (Sector Familiar)	7,500	13,125	22,500
P3 (Sector Comercial)	3,850	9,750	22,500
Semente Certificada (c1/c2) (ton)	874	1,860	3,825
NPK 12:24:12+ureia-46% (tn)	1,530	3,581	7,875
Credito total de campanha Total (Mt)	107,000,000	247,500,000	540,000,000
Sector Familiar	30,000,000	52,500,000	90,000,000
Sector Comercial	77,000,000	195,000,000	450,000,000
Credito total em dolares (\$usd)	4,280,000	9,900,000	21,600,000

2.3.2 Distritos prioritários

Zona Centro:

Província de Tete:

- Tsangano

- Lago
- Sanga
- Muembe

Província de Manica:

- Manica
- Sussundenga

Zona Sul:

Província de Gaza

- Xai-xai

Província de Niassa

- Lichinga

Província de Maputo

- Manhiça

2.3.3 Competitividade da produção de Trigo

O relançamento da produção e comercialização de trigo somente ganhará a adesão dos produtores se for competitiva, isto é, se lhes permitir ganhar dinheiro.

Face à conjuntura actual dos preços dos insumos e do preço de venda de trigo no mercado, estão reunidas as condições para uma produção a preços competitivos, nos dois pacotes tecnológicos a seguir considerados.

Tabela 11: Pacote tecnológico 3
Intensificação em regadio com pacote completo

Item	Custo/ha
Operações culturais	7.100,00
Insumos	9.500,00
custos indirectos	3.500,00
Custo total	20.100,00
Rendim./ha	3.000 kg
Custo por kg	6,70
Preço de compra	10,00
Proveitos/ha	30.000,00
Lucros/ton	3.300,00

Rendimento crítico: 2,0 toneladas/ha

Tabela 12: Pacote tecnológico 2
Intensificação em sequeiro com pacote médio

Item	Custo/ha
Operações culturais	6.500,00
Insumos	4.000,00
custos indirectos	
Custo total	10.500,00
Rendimento/ha	1.500 kg
Custo por kg	7,00
Preço de compra	10,00
Proveitos/ha	15.000,00
Lucros/ton	3.000,00

Rendimento crítico: 1,0 tonelada/ha

Com esta estrutura de custos e preços de venda, o preço final à porta das moageiras seria de USD450,00 por tonelada, considerando um custo médio de transporte dos campos para as moageiras de \$50,0/ton.

2.3.4 Actividades Chave na Cadeia de Trigo

Pesquisa

- Desenvolver variedades de alto rendimento adaptadas às zonas de produção:

- Teste de variedades de várias origens, pelo IIAM em parceria com o sector privado (exemplo: MOÇFER);
- Produção local de semente básica;
- Efectuar o levantamento de áreas aptas e disponíveis para a produção de trigo;

Semente

- Estabelecer contratos-programa com empresas especializadas de sementes, para assegurar a importação de semente certificada das variedades mais produtivas;
- Iniciar a produção local de semente certificada através de contratos-programa com empresas especializadas de sementes .

Produção agrícola

- Mobilizar produtores a aderir à produção de trigo;
- Assegurar assistência técnica aos produtores, através da rede de extensão;
- Adquirir, treinar e repassar juntas de tracção animal;
- Realizar campanhas fitossanitárias, nomeadamente para controlo das pragas migratórias (lagarta invasora, gafanhoto vermelho), da broca de colmo, ratos e das pragas de armazém (gorgulhos);

Comercialização agrícola

- Estabelecer o preço de referência pré-campanha, em concertação com os produtores e a agroindústria;
- Implementar o programa de silos, nomeadamente nos distritos de maior produção.
- Massificar a divulgação de preços de compra de trigo, utilizando a rádio e as comunicações móveis;
- Redução de perdas pós-colheita através de difusão de técnicas de conservação.
- Assegurar a compra interna da totalidade do trigo produzido no país.

Agroprocessamento

- Atrair o sector privado a celebrar contratos de compra do trigo produzido pelos produtores;

2.3.5 Orçamento e financiamento do Programa

Tabela 13: Necessidades de recursos para intervenção do sector público (MT)

Intervenção	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Programa de pesquisa	1.104.420	2.208.840	3.313.260	6.626.520
Contrato-programa para a produção de Semente certificada	1.206.579	2.567.777	5.280.508	9.054.864
Importação de sementes	33.000.000	55.800.000	114.750.000	203.550.000
Fertilizantes	6.120.000	14.325.000	31.500.000	51.945.000
Crédito agrícola bonificado	107.000.000	161.900.000	324.880.000	593.780.000
Total	148.430.999	236.801.617	479.723.768	864.956.384

Fontes de Financiamento:

- Orçamento do Estado
 - MINAG tem orçamentado para 2008/9 o valor de 16,500.000 MT, para aquisição de semente (50% das necessidades da campanha).

Necessidades de recursos para intervenção do sector privado

- viii. Crédito bonificado para importação de semente de trigo; e
- ix. Crédito bonificado para a campanha agrícola.

2.4 Programa de Produção de Mandioca

Os níveis de produção da mandioca têm superado as necessidades do consumo nacional. A produção actual situa-se à volta de 8,8 milhões de toneladas de mandioca fresca, o que representa um excedente de cerca de 600 mil toneladas. Contudo há necessidade de se concentrar a produção e melhorar a qualidade, de forma a promover o seu agroprocessamento, sobretudo na perspectiva de produção de farinha de mandioca como complemento à farinha de trigo na produção de pão, para além de outros usos múltiplos.

Neste programa pretende-se expandir à escala nacional as experiências-piloto de mistura de farinha de mandioca com a de trigo na produção de pão (a proporção máxima até agora conseguida é 25%/75%). Nota-se grande aderência a este produto por parte das padarias e dos consumidores. Por outro

lado as agroindústrias de farinhação expressaram sua abertura para implementação o Programa.

2.4.1 Objectivo e Metas

O Programa da Mandioca prevê a evolução de áreas e produção de variedades seleccionadas na ordem de 3000 ha, 6000 ha, 10.000 ha e da produção em cerca de 24.000 toneladas, 48.000 toneladas e 80.000 toneladas de mandioca fresca nas campanhas agrícolas 2008/09, 2009/10 e 2010/11 respectivamente.

A tabela a seguir mostra as metas de produção da mandioca nas próximas três campanhas agrícolas:

Tabela 14: Metas de produção de mandioca

Mandioca	2008/09	2009/10	2010/11
Produção sem Intensificação	9,552,292	9,912,551	10,652,344
Producao Intensiva	24,000	48,000	80,000
Produção de farinha (p/ pão)	7,560	15,120	25,200
Total produção	9,576,292	9,960,551	10,732,344
Consumo normal	6,300,000	6,615,000	6,945,750
Excedente real	653,363	665,971	736,394
Área			
Total	1,228,863	1,257,470	1,363,121
Sem Intensificação	1,225,863	1,251,470	1,353,121
Area a Intensificar (P1)	3,000	6,000	10,000
Estacas para Intensificação M3	9,000	18,000	30,000
Credito de campanha (MT)	45,000,000.0	90,000,000.0	150,000,000.0
Credito em dolares (\$USD)	1,800,000.0	3,600,000.0	6,000,000.0

Estacas 3 m3/ha equivalente a 10 Mil Estacas

2.4.2 Distritos prioritários para a produção da mandioca

No país, as zonas de maior produção de mandioca são Norte (74%), Centro (17%) e Sul (9%) na ordem de maior volume de produção.

Província de Inhambane

- Jangamo
- Inharrime
- Homoíne
- Morrumbene
- Massinga

- Zavala
- Inhassouro

Província de Nampula

- i. Mossuril
- ii. Meconta
- iii. Lalaua

iv.	Mogovolas	viii.	Erate
v.	Ilha de Moçambique	ix.	Memba
vi.	Muecate	x.	Nacala-a-Velha
vii.	Nacarôa	xi.	Mogincuale

2.4.3 Intervenções Chaves na Cadeia de Mandioca

Pesquisa/Semente

- Desenvolver variedades de alto rendimento resistentes à podridão radicular e adaptadas às zonas de produção;
- Acelerar a multiplicação de estacas de mandiocueira nos centros zonais do IIAM;
- Seleccionar e fomentar as melhores variedades como *chinhembwe* e *kussi* adequadas para a produção de farinha de mandioca para mistura com trigo na produção de pão;
- Demonstrar a intensificação da cultura de mandioca, com uso de rega, fertilizantes e mecanização das operações.
- Massificar o treinamento das padarias na produção de pão nas várias proporções de mistura das farinhas de trigo e de mandioca (Parceria MINAG, MCT e UEM)

Produção agrícola

- Promover campanhas de sensibilização dos produtores para a concentração da produção com vista a ganhar escala de comercialização e agroprocessamento;
- Assegurar assistência técnica aos produtores, através da rede de extensão;
- Realizar campanhas fitossanitárias, nomeadamente para controlo das pragas migratórias.

Comercialização agrícola

- Massificar a divulgação de preços de compra da mandioca, utilizando a rádio e as comunicações móveis;
- Promover a utilização da mandioca na indústria de rações

Agro-processamento

- Disseminar tecnologia simples de secagem e conservação da mandioca junto dos produtores;
- Fomentar pequenas unidades de processamento primário e assegurar o escoamento atempado (menos de 24 horas) para as moageiras.

- Incentivar as moageiras a produzir farinha de mistura trigo/mandioca e a intervir na compra de mandioca produzida pelos produtores;

2.4.4 Recursos e financiamento do Programa

Tabela 15: Necessidades de recursos para intervenção do sector público (MT)

Intervenção	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Pesquisa, com ênfase no treinamento	750.000	1.650.000	1.650.000	4.050.000
Multiplicação de estacas de mandiocueira	900.000	1.800.000	3.000.000	5.700.000
Crédito bonificado de campanha agrícola	3.446.000	3.037.000	15.577.000	22.060.000
Total	5.096.000	6.487.000	20.227.000	31.810.000

Fontes de Financiamento

- Orçamento do Estado
 - MINAG
 - MCT

Necessidades de recursos para intervenção do sector privado:

- Crédito bonificado para importação de equipamento de agroprocessamento;
- Crédito bonificado para a comercialização agrícola;

2.5 Programa de Produção de Batata-reno

O consumo da batata-reno tem estado a aumentar progressivamente nas zonas urbanas e periurbanas, cujas necessidades tem sido actualmente cobertas pelas importações. A produção nacional poderá gerar receitas consideráveis e reduzir a dependência externa, tendo em conta que o país possui condições favoráveis para o bom desenvolvimento da cultura no país, em especial na zona centro do País.

2.5.1 Objectivo e Metas

A tabela a seguir mostra as metas de produção da batata-reno nas próximas 3 campanhas

Tabela 16: Metas de produção de batata-reno

Batata-Reno	PRODUÇÃO		
	2008/09	2009/10	2010/11
Campanha			
Produção:			
Sem Intensificação	56,164	98,356	157,268
Com Intensificação	25,200	40,000	72,000
Total de Produção	81,364	138,356	229,268
Consumo	256,000	264,600	277,830
Deficit/Excedente	-174,636	-126,244	-48,562
Deficit/Excedente sobre consumo em %	-68%	-48%	-17%
Taxa de crescimento		70	66
Áreas Total (ha)	8,500	12,000	16,500
Área sem Intensificação	6,700	9,500	12,500
Áreas a Intensificar (ha)	1,800	2,500	4,000
Semente Certificada (c1/c2) (tn)	3,600	5,000	8,000
NPK 12:24:12+ureia-46% (tn)	720	1,000	1,600
Crédito de campanha (MT)	108,000,000	150,000,000	240,000,000
Credito em dolares (\$USD)	4,320,000	6,000,000	9,600,000

O programa da batata-reno prevê a evolução das áreas a intensificar na ordem de 1.800ha, 2.500ha e 4.000 hectares para as campanhas 2008/09, 2009/10 e 2010/11, esperando-se uma produção adicional de 25,200 ton, 40.000 ton e 72.000 toneladas respectivamente. Apesar desta cultura ser actualmente deficitária, espera-se que até ao final da última campanha do Programa o País satisfaça em cerca de 83% das suas necessidades.

2.5.2 Distritos prioritários

Todo o país com maior incidência nos locais seguintes:

Província Tete

- Tsangano
- Angónia
- Macanga

- Lago
- Sanga

Província de Niassa

- Lichinga
- Muembe

Província de Manica

- Manica
- Sussundenga
- Bárue

Província da Zambézia

- Gurué
- Alto-Molócuè
- Milange

Província de Maputo

- Moamba
- Magude
- Boane
- Namaacha

Zona Sul:

2.5.3 Intervenções Chave na Cadeia de Batata-reno

Pesquisa

- Desenvolver variedades de alto rendimento adaptadas às zonas de produção:
 - Teste de variedades de várias origens, pelo IIAM em parceria com o sector privado; e
- Efectuar o levantamento de áreas aptas e disponíveis para a produção de batata-reno.

Semente

- Importar a semente básica certificada e mais adaptada às zonas de produção;
- Celebrar contratos-programa com empresas especializadas de sementes, para assegurar a renovação das variedades mais produtivas e adaptadas
- Ampliar a capacidade do IIAM de produção de semente de batata-reno através da cultura de tecidos; e
- Assegurar controlo de qualidade da semente.

Produção agrícola

- Assegurar assistência técnica aos produtores, através da rede de extensão.

Na Comercialização agrícola

- Incentivar o sector privado a investir na indústria local de embalagens e assegurar a sua distribuição aos produtores, no âmbito do Programa Made In Mozambique;
- Incentivar a construção de entrepostos frigoríficos nos locais considerados estratégicos; e
- Massificar a divulgação de preços de compra de batata, utilizando a rádio e as comunicações móveis.

2.5.4 Recursos e financiamento do Programa

Tabela 17: *Necessidades de recursos para intervenção do sector público (MT)*

Intervenção	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Programa de pesquisa	20.229.620	23.077.086	30.547.177	73.853.883
Importação de sementes básica	3.125.000	3.125.000	3.125.000	9.375.000
Crédito de campanha bonificado	336.750.000	114.750.000	393.750.000	845.250.000
Fertilizantes e pesticidas	7.184.000	8.195.200	10.848.000	26.227.200
Total	367.288.620	149.147.286	438.270.177	954.706.083

Fontes de Financiamento

- Orçamento do Estado
 - MINAG;
 - Fundo do Desenvolvimento Agrário: 25.000.000,0 MT/ano

Necessidades de recursos para intervenção do sector privado

- Crédito bonificado para importação de semente de trigo;
- Crédito bonificado para a campanha agrícola; e
- Construção de entrepostos frigoríficos nas zonas de produção.

2.6 Programa de Produção de Oleaginosas

O óleo consumido, actualmente em Moçambique, é quase na totalidade adquirido no mercado externo, embora haja uma pequena produção interna. No passado, grandes empresas ou companhias estiveram envolvidas na produção de óleos de girassol, copra, algodão e outras culturas.

O défice hoje apresentado é de cerca de 50,400 toneladas de óleo. A produção nacional de culturas oleaginosas ainda não conhece um grande desenvolvimento, embora muitas iniciativas de produção sejam de registar.

2.6.1 Objectivos e metas

Com vista a reverter o actual cenário de falta de óleo, produzido localmente, pretende-se identificar alternativas e desenvolver acções que visem estimular a produção de algumas oleaginosas. Para tal deve-se privilegiar a actuação nas seguintes culturas.

2.6.2 Girassol

A produção desta cultura no país é ainda insignificante, contudo o país possui potencial agroclimático para a sua produção competitiva. Com o programa pretende-se lançar a produção intensiva de Girassol, com o objectivo de assegurar a produção de matéria-prima para a indústria de óleo alimentar.

O programa de Girassol prevê a evolução de áreas na ordem de 10.000 , 20.000 e 30.000 hectares para as campanhas 2008/09, 2009/10 e 2010/11 respectivamente. A produção global de óleo esperada para as três campanhas e de 15.960 toneladas, considerando um factor de conversão de 42% da semente a ser produzida.

Tabela 18: Produção de girassol

GIRASSOL Campanha	PRODUÇÃO		
	2008/09	2009/10	2010/11
Produção			
Sem Intensificação	7,000	8,000	9,000
Com Intensificação	3,000	6,400	10,200
P2 (semente, adubação)	3,000	6,400	10,200
Total de Produção de grão (ton)	10,000	14,400	19,200
Total produção conversão oleo (42%)	4,200	6,048	8,064
Semente Certificada (c1/c2) (tn)	150	300	450
NPK 12:24:12 (tn)-P2	100	200	300
Credito de campanha (MT)	3,000,000	6,000,000	9,000,000
Credito em dolares (\$USD)	120,000	240,000	360,000
Taxa de crescimento		44%	33%
Área total	13,750	20,000	26,250
Area sem Intensificacao	8,750	10,000	11,250
Area a Intensificar (ha)	5,000	10,000	15,000
P2	5,000	10,000	15,000

Distritos prioritários para produção de girassol

Província de Nampula

- Ribaue
- Malema

Província de Sofala

- Nhamatanda

Província de Manica

- Sussundenga

2.6.3 Programa de Soja

O País já produz soja, principalmente nas províncias de Tete, Manica e Nampula, fruto de um programa-piloto iniciado há três anos. Os resultados são encorajadores. Em Manica (Abel Antunes) já é prática a produção de rações com uso de soja produzida no país. Pretende-se com o Programa incentivar mais produtores a aderir a esta cultura, sobretudo para o abastecimento às indústrias de óleo alimentar e de rações para aves.

Tabela 19: Metas de produção de soja

Soja	Produção (ton)		
	2008/09	2009/10	2010/11
Campanha			
Sem Intensificação	3,000	5,500	8,800
Com Intensificação	6,500	21,000	30,000
P2 (semente e adubação)	6,500	21,000	30,000
Total de Produção de grão	9,500	26,500	38,800
Total de produção convertido em óleo (18%)	1,710	4,770	6,984
Total produção Bagaço para rações (82%)	7,790.0	21,730.0	31,816.0
Total de necessidades para racoes p/ Frango	35,523.0	38,712.0	45,338.0
Defecite/Exced para rações	-27,733.0	-16,982.0	-13,522.0
Semente Certificada (c1/c2) (tn)	250	750	1,000
NPK 12:24:12 (tn) - P2	50	150	200
Credito de campanha (Mt)	27,500,000	82,500,000	110,000,000
Credito em dolares (\$usd)	1,100,000	3,300,000	4,400,000
Taxa de crescimento		179%	46%
Área total	8,000	20,000	28,000
Area sem Intensificação	3,000	5,000	8,000
Area a Intensificar(ha)	5,000	15,000	20,000
P2	5,000	15,000	20,000

Distritos prioritários para a produção de soja:

Província de Nampula

- Ribaué
- Malema

Província de Tete

- Angónia
- Tsangano
- Macanga

Província de Manica

- Sussundenga

Província de Sofala

- Nhamatanda

Província de Zambézia

- Gurué

2.6.4 Programa de aproveitamento da semente de Algodão

Em relação a cultura do algodão a aposta deverá ser o aproveitamento da semente já existente para a extracção de óleo alimentar. Não se prevê custos adicionais para a produção desta semente.

A tabela abaixo apresenta a produção global a ser obtida a partir das diferentes oleaginosas contempladas no Plano de Acção.

Tabela 20: Produção global de oleaginosas

Campanha Agriocla	Teor de Oleo	Produção de Óleo		
		2008/09	2009/10	2010/11
Culturas	Teor de Oleo			
Girassol	42%	4,200	6048	8064
Soja	18%	1,710	4,770	6,984
Algodão	20%	12,100	13,915	16,005
Total Produção de Oleo		18,010	24,733	31,053
Consumo		50,400	51,408	52,436
Defecite/Exced		-32,390	-26,675	-21,383

A produção global a ser obtida a partir das diferentes oleaginosas contempladas no Plano de Acção representa uma redução das necessidades de importação de óleo alimentar de 32.390 ton para 21.381 toneladas.

2.6.5 Intervenções Chave na Cadeia das Oleaginosas

Pesquisa

- Desenvolver variedades de alto rendimento adaptadas às zonas de produção:
 - Teste de variedades de várias origens e demonstração das técnicas de cultivo, pelo IIAM (em parceria com o sector privado), nos Centros Zonais de Sussundenga (Manica), Ntengomozi (Tete) e Nampula (Namialo)
 - Produção de semente básica.

Semente

- Celebrar contratos-programa com empresas especializadas de sementes, para assegurar a importação de semente certificada de soja e girassol; e
- Assegurar a produção de semente ao nível interno.

Produção agrícola

- Promover o cultivo de soja e girassol junto dos produtores;
- Assegurar assistência técnica aos produtores, através da rede de extensão; e
- Realizar campanhas fitossanitárias, nomeadamente para controlo de pragas e doenças.

Comercialização agrícola

- Adoptar políticas que priorizem a venda no mercado nacional da matéria-prima para a extracção de óleo e aproveitamento de bagaços para industria nacional.
- Incentivar a construção de tanques para reserva de óleos e gorduras;
- Massificar a divulgação de informação sobre mercados e preços, utilizando a rádio e as comunicações móveis; e
- Atrair o sector agroindustrial a celebrar contratos na compra de oleaginosas dos produtores.

Agroprocessamento

- Promover unidades de extração primária de óleos junto dos pequenos produtores;
- Atrair o sector privado a estabelecer e ou reactivar o funcionamento das unidades de agro-processamento para extracção de óleo e produção de rações; e

- Desincentivar a exportação da matéria prima não processada.

2.6.6 Recursos e financiamento do Programa

Tabela 21: Necessidades de recursos para intervenção do sector público

<i>Intervenção</i>	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Programa de pesquisa	815.130	1.630.260	2.445.390	4.890.780
Contrato-programa para a producao de Semente certificada	6.622.932	11.547.676	18.170.606	36.341.214
Crédito bonificado de campanha agrícola	30.500.000	88.500.000	119.000.000	238.000.000
Total	37.938.062	101.677.936	139.615.996	279.231.994

Fontes de Financiamento

- Orçamento do Estado:
 - MINAG: Programa de Pesquisa;

Necessidades de recursos para intervenção do sector privado:

- Crédito bonificado/ Fundo de garantia para importação de semente de oleaginosas;
- Crédito bonificado para a campanha agrícola;
- Crédito ao investimento para reabilitação e construção de unidades de agroprocessamento;

2.7 Programa de Produção de Frango

Entre as actividades pecuárias a avicultura apresenta características ideais para a solução rápida e eficiente do deficit proteico observado na alimentação. As aves se caracterizam por serem uma espécie de ciclo de vida curto, de grande precocidade e prolificidade e por apresentar um elevado rendimento de carne e ovos num curto espaço de tempo.

A potenciação do sector avícola comercial constitui uma contribuição para a redução da pobreza absoluta, para a garantia da segurança alimentar e para fazer frente a situação alimentar.

A avicultura em Moçambique desde o tempo de estabelecimento das Empresas Estatais Avícolas tem enfrentado dificuldades de abastecimento em pintos de um dia e matérias-primas para rações. Neste período altos valores do orçamento do estado foram aplicados na importação periódica e regular de pintos e rações. Com o fim destas Empresas devido em parte as razões indicadas verificou-se o declínio da produção avícola. Iniciativas privadas desde os anos 1980 (na província de Manica e noutras províncias mais recentes Nampula) vem demonstrando que a avicultura se mantém como actividade viável, mas que requer investimentos altos para criação de capacidade interna para solução dos constrangimentos que se colocam.

Parte da solução exige investimentos do Governo. Sendo o caso de estabelecimento da capacidade nacional para a produção de pintos (aviários de reprodutores pesados e aves de substituição) e de criação de base para a produção de matérias-primas(ex. Produção de soja).

2.7.1 Objectivo e Metas

O objectivo deste programa é aumentar a produção e produtividade do frango de abate eliminando o défice da produção nacional para abastecer o mercado e exportar. Na tabela que se segue apresenta as projecções para o período 2008-2011.

O programa pretende potenciar a produção de carne de frango, que deverá aumentar da capacidade das 13.300 ton produzida em 2007 para 61.290 ton em 2011.

Tabela 22: Produção e Importações de frangos de 2005 a 2009

Ano	Produção Nacional carne de frango (Ton)	Consumo Total (Ton)	Défice/Excedente (ton)
2005	4.565,3	14.473	*-9.908
2006	7.154	16.478	*-9.324
2007	13.300	23.103	*-9.806
2008	32.780	54.000	-21.220
2009	47.364	55.890	-8.526
2010	51.616	57.846	-6.230
2011	61.290	59.871	0

(*) - Refere-se ao défice com base no consumo real realizada nos anos em referência.

Tabela: Necessidades de milho e soja para a produção nacional de frango.

Ano	Produção Nacional de carne de frango (ton)	Necessidades soja (ton)	Necessidades milho (ton)
2008	32.780	24.585	59.004
2009	47.364	35.523	85.255
2010	51.616	38.712	92.909
2011	61.290	45.338	108.810

As necessidades de matérias-primas foram calculadas na base do consumo do frango de abate e pelas percentagens de inclusão nas rações.

2.7.2 Zonas Prioritárias

A avicultura comercial no país está-se desenvolvendo de forma acelerada nas províncias de **Nampula, Manica e Maputo**. Nestas províncias concentram-se as maiores fábricas de rações, incubadoras, matadouros e aviários tanto para a produção de carne de frangos como para a produção de ovos de consumo e de incubação.

2.7.3 Intervenções Chaves na Cadeia de Produção de Frango

- Instalação de infraestruturas avícolas (aviários para produzir frangos de abate, incubadoras, unidades de processamento de aves e aviários de reprodutores pesados)
- Aquisição de equipamento avícola (aquecedores a gás e ou eléctricos),
- Desenvolvimento da cadeia de produção e processamento de soja, e
- Melhoria dos mecanismos de acesso ao crédito através de contratos de produção, linhas de crédito bonificado e desenvolvimento de parcerias público-privado, incluindo o estabelecimento de contratos programa com o sector privado.

2.7.4 Orçamento e financiamento do Programa

Necessidades de recursos para intervenção do sector público

- Treinamento de extensionistas e produtores; e
- Participação na construção de aviários para reprodutores pesados e aves de substituição.

Necessidades de recursos para intervenção do sector privado:

- Crédito bonificado para infraestruturas avícolas.

Tabela 23: Orçamento (primeiro ano)

Item	Quant.	Total (U\$D)
Treinamento para produtores	250	25.000,00
Compra de equipamentos		*52.600,00
Construção de aviário de reprodutores pesados	2	**6.000.000,00
Total		6.077.600,00

Tabela 24: Orçamento 2008/9 – 2010/11

Intervenção	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Treinar extensionistas e produtores;	625,000			625,000
Comparticipar na construção de aviários para reprodutores pesados e aves de substituição (*);	150,000,000	14,000,000		164,000,000
Comparticipar na compra de aquecedores a gás para aviários de engorda (**);	65,000,000			65,000,000
Comparticipar na compra de equipamentos para matadouros semi automáticos;	2,250,000			2,250,000
TOTAL	217,875,000	14,000,000		231,875,000

(*) - um aviário para a exploração de 40 000 reprodutores pesados e suas aves de substituição

(**) - inclui aquecedores a gás e 10 matadouros semi-automáticos

2.8 Programa de Produção de Peixe

A disponibilidade de peixe em Moçambique, varia de acordo com a localização geográfica dos distritos do País, sendo que os distritos das zonas costeiras marítimas e de interior com grandes massas de água, tais como Lago Niassa, Albufeira de Cahora Bassa, Massingir, Corumana e Chicamba, bem como os distritos ao longo do Rio Zambeze, têm maior potencial.

Estima-se que a produção global anual da **pesca artesanal** seja de cerca de 100 mil toneladas³, envolvendo vários produtos pesqueiros: peixe, cefalópodes (lula, polvo e chocos) e crustáceos (camarão, caranguejo).

A **piscicultura** tem vindo a desenvolver-se, estimando-se que actualmente existam cerca de 6 mil tanques piscícolas em todo o país, com uma produção de cerca de 150 toneladas/ano nos últimos três anos (média de 25 kg/tanque/ano).

Nos últimos dois anos o país produziu em média 125 mil toneladas/ano de pescado, dos quais exportou 15 mil toneladas/ano. Adicionalmente à oferta nacional, em 2007 o país importou cerca de 54.000 toneladas de pescado (carapau), sobretudo para consumo urbano, para colmatar o défice.

Os grandes constrangimentos à pesca artesanal prendem-se com acessos, transporte e meios de conservação⁴. As causas do baixo nível de produção piscícola resultam da falta de infraestruturas, a qualidade e disponibilidade de alevinos, ração e assistência técnica aos produtores.

Neste quadro torna-se necessário melhorar os índices de produção, aproveitamento (processamento e conservação) e comercialização, para responder às necessidades crescentes deste produto para o consumo humano.

2.8.1 Objectivo e metas:

O objectivo é aumentar a oferta de pescado nacional. Prevê-se o incremento da produção de pescado na ordem de 20 mil a 30 mil toneladas nos próximos anos (2009 e 2011).

A tabela abaixo indica as metas previstas para o reforço da produção de pescado os próximos três anos até 2010/11.

Tabela 25: Metas previstas para o reforço da produção de pescado

Metas:	2009	2010	2011
Pesca Comercial	25000	25000	25000
Pesca Artesanal	125000	137500	151250
Aquacultura	2000	3000	4500
Producao de Peixe	152,000	165,500	180,750
- Exportações	15,000	15,000	15,000
Oferta Mercado Nacional	137,000	150,500	165,750
Taxa de crescimento	9%	10%	10%

³ De facto a produção artesanal registada em 2007 foi de 72 mil toneladas.

⁴ As perdas pós-captura estimam-se em 30%.

2.8.2 Estratégia de intervenção

A Estratégia de intervenção na produção de peixe consiste:

- Eliminação das falhas de mercado através do fortalecimento dos mecanismos de ligação entre a produção e o mercado, ou seja aspectos que melhorem a ligação entre os produtores e os consumidores
- Promoção de novas artes de pesca(mais produtivas) que visem recursos pouco ou nada explorados(de alto valor comercial), impactos mais amigáveis sobre os recursos e meio ambiente, promoção de novas áreas de pesca acessíveis nas condições técnicas utilizadas;
- Incentivo à criação de actividades complementares da pesca, como as de conservação e processamento de pescado, serviços de manutenção dos equipamentos e a promoção dos mercados alternativos.
- Disponibilização de alevinos melhorados aos piscicultores;
- Introdução da ração apropriada para o cultivo de peixe;
- Fortalecimento dos serviços de extensão existentes para a promoção da piscicultura;
- Crédito bonificado para o sector privado

2.8.3 Localização dos distritos prioritários

A produção de pescado é realizada em quase toda a orla marítima. Entretanto, nas áreas do interior a produção é realizada nas zonas com grandes massas de água. A estratégia prioriza os distrito indicados na tabela abaixo.

Tabela 26: Distritos prioritários na produção de pescado

Província	Distritos prioritários
Cabo Delgado	Palma, Macomia, Mocimboa da Praia e Quissanga
Niassa	Lago, Lichinga, Ngauma, Sanga e Mandimba
Nampula	Memba, Mossuril, Mogincual, Angoche e Moma
Zambézia	Pebane, Nicoadala, Namaroi, Gilé, Alto Molocué, Inhassunge e Chinde
Tete	Cahora Bassa, Macanga, Moatize, Angónia, Tsangano e Mutarara
Manica	Manica, Barué, Gondola, Tambara e Sussendenga
Sofala	Marromeu, Buzi e Machanga
Inhambane	Govuro, Inhassoro e Vilankulo
Gaza	Massingir, Chokwé
Maputo	Marracuene

2.8.4 Actividades chaves na cadeia de valor do peixe

Na Pesquisa

- Desenvolver um programa de exploração de recursos acessíveis á pesca artesanal e mapeamento dos mesmos;
- Experimentar o novo modelo de canalização de crédito para pequenas e médias empresas;
- Construir e equipar o laboratório de pesquisa e reprodutores de tilapia; e
- Produzir alevinos revertidos sexualmente.

Na produção de peixe

- Extensão do subsidio sobre os combustíveis para a gasolina (para beneficiar os pescadores de pequena escala);
- Demonstração/divulgação de técnicas de pesca;
- Construção/adequação das embarcações de pesca artesanal em mar aberto;
- Introdução experimental de motores marítimos de baixo custo adequados á pesca artesanal em mar aberto;
- Criação de infra-estruturas de apoio á pesca artesanal – construção de desembarcadouros;
- Incentivar a distribuição de insumos de pesca;
- Disseminação de preços de insumos de pesca;
- Expansão das áreas de aquacultura;
- Reabilitação dos tanques de cultivo de tilapia;
- Construir unidades modelo para demonstração (tanques e gaiolas) nas áreas prioritárias; e
- Instalação de unidades modelo de produção de ração de tilapia.

No processamento

- Apoio á implantação de infra-estruturas de produção e conservação de gelo; e
- Divulgação de técnicas melhoradas de conservação, manuseamento e processamento de pescado.

Na Comercialização de pescado

- Construção de postos de primeira venda destinados á comercialização de pescado fresco; e

- Disseminação de informação sobre os mercados de pescado da pesca artesanal.

Tabela 27: Metas da intervenção na área pesqueira

Investimentos	2009	2010	2011
	Meta	Meta	Meta
<i>Produção de peixe</i>			
Número de distritos cobertos pelas acções de capacitação em técnicas de pesca	25	30	43
Construção de desembarcadouros	14	9	9
<i>Processamento, conservação, manuseamento de pescado</i>			
Instalação de fabricas de gelo	3	3	2
Número de distritos cobertos pelas acções de capacitação em técnicas de processamento de pescado	25	30	43
<i>Comercialização de pescado</i>			
Postos de primeira venda de pescado construídos	9	9	8
Número de distritos alvo de recolha e disseminação da informação sobre preços de pescado e de insumos de pesca	25	30	30
<i>Crédito</i>			
Crédito ao Investimento (Pesca Artesanal)	29,000,000	36,000,000	18,000,000

2.8.5 Orçamento e financiamento do Programa

Tabela 28: Necessidades de recursos para intervenção do sector público

Necessidades de recursos para intervenção do sector público:

<i>Linha de Intervenção</i>	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Produção de peixe	62.323.260	63627276	54530623	180.481.159
Processamento, conservação, manuseamento de pescado	13.259.000	18.433.200	179.005.000	210.697.200
Comercialização de pescado	3.294.000	3967200	4275360	11.536.560
Ampliação e treinamento da rede de extensão	1.000.000	1200000	1000000	3.200.000
Monitoria e Avaliação do Programa	600.000	720.000	800.000	2.120.000

Programa de pesquisa, com ênfase na produção de alevinos melhorados	3.500.000	3500000	3500000	10.500.000
Construção de infra-estruturas de apoio a piscicultura (centro de demonstração e treino)	4.500.000	15500000	30000000	50.000.000
Reabilitação dos tanques de cultivo de tilápia	500.000	500.000	500.000	1.500.000
Construir unidades modelo para demonstração (tanques e gaiolas)	1.500.000	500.000	500.000	2.500.000
Instalação de unidades modelo de produção de ração de tilápia	1.000.000	500.000	500.000	2.000.000
Construir e equipar o laboratório de pesquisa e produção de alevinos	4.000.000	10000000	6000000	20.000.000
TOTAL	95.476.260	118.447.676	285.110.983	499.034.919
Fundos Disponíveis				
Fundos Adicionais necessários				

Tabela 29: Recursos para a criação de condições para o sector privado

<i>Linha Intervenção</i>	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Credito para insumos/equipamentos de pesca	24,000,000	30,000,000	15,600,000	69,600,000
Crédito para Infra-estruturas e equipamentos de conservação e comercialização de pescado	5,000,000	6,000,000	2,400,000	13,400,000
Total	29,000,000	36,000,000	18,000,000	83,000,000

2.8.6 Fontes de Financiamento(Meticais):

Tabela 30: Orçamento do Estado (Ministério das Pescas)

Componente	2009	2010	2011
Interna	65,000,000	75,000,000	85,000,000
Externa	190,000,000	150,000,000	0
Total	255,000,000	225,000,000	85,000,000

Fonte: IDPPE, *Matriz do Cenário Fiscal 2009-2011*, Fevereiro 2008

3. COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

Pretende-se que a comercialização contribua para dinamizar a Revolução Verde, tendo em conta as metas programadas, que pressupõem a eliminação dos défices da produção nacional relativamente ao consumo num período de três anos.

Neste contexto a comercialização agrícola deve permitir a absorção dos excedentes agrícolas e sua colocação no mercado, contribuindo para:

- i) Aliviar a dependência das importações para o abastecimento do mercado nacional;
- ii) Atenuar o impacto dos choques externos sobre os preços domésticos;
- iii) Assegurar a estabilidade da oferta; e
- iv) Assegurar o funcionamento do circuito da produção agrícola, ou seja, produção, comercialização e consumo. Especificamente, garantir aumento e melhoria da produção agrícola, canalizando-a para:
 - o abastecimento à população;
 - o aprovisionamento à indústria, e
 - a exportação;
- v) A monetarização da economia rural; e
- vi) A melhoria da renda da população rural.

A comercialização agrícola deve ser abordada na perspectiva da cadeia de valor (produção, escoamento e armazenagem, agroprocessamento, distribuição e mercados).

As tabelas a seguir mostram as metas da produção segundo a Revolução Verde e as estimativas dos excedentes comercializáveis que são tomadas em consideração em toda a abordagem que se segue.

Tabela 31: Projecção da Produção no âmbito da Revolução Verde

	2008/09	2009/10	2010/11
Milho	1.854.062	1.994.142	2.245.907
Arroz	265.098	576.730	931.844
Trigo	21300	46313	96750
Girassol	5.000	12.000	21.000
Soja	27.000	50.000	92.000
Amendoim	186.386	202.500	217.503
Frango	47.364	51.616	61.290
Batata reno	119.024	180.308	279.308
Mandioca	9.576.292	9.960.551	10.732.344
<i>Cereais</i>	2.140.460	2.617.185	3.274.501
<i>Outros produtos</i>	9.961.066	10.456.975	11.403.445
<i>Total</i>	12.101.526	13.074.160	14.677.946

Tabela 32: Estimativas de excedentes comercializáveis (ton)

	2008/09	2009/10	2010/11
Milho	556.219	598.243	673.772
Arroz	79.529	173.019	279.553
Trigo	21.300	46.313	96.750
Girassol	5.000	12.000	21.000
Soja	27.000	50.000	92.000
Amendoim	139.790	151.875	163.127
Frango	42.628	46.454	55.161
Batata Reno	107.122	162.277	251.377
<i>Mandioca</i>	653.363	665.971	736.394
<i>Total</i>	1.631.950	1.906.152	2.369.135

3.1 Escoamento e Armazenagem

A acentuada diferenciação geográfica dos preços de produtos alimentares é um indicador de elevados custos logísticos que, além de reflectirem o custo crescente dos combustíveis, estão associados ao mau estado das vias de comunicação e à fraca oferta de transporte.

A limitada expansão da rede de comercialização faz com que a distribuição territorial dos produtos não seja conforme à demanda, contribuindo também para a diferenciação geográfica de preços. A rede grossista não está estruturada, os agentes económicos intervêm quase *ad-hoc*, o que não garante fluxos regulares de bens. Este problema transmite-se em cadeia, afectando até a rede retalhista.

Os preços do mercado doméstico têm também uma variação sazonal e apresentam significativa correlação com os preços do mercado internacional. Estes fenómenos são sintomas da inexistência (ou fraqueza) de reservas internas, portanto o abastecimento do mercado nacional é influenciado pelas épocas de colheita e pelas conjunturas nacionais e internacionais.

A produção nacional dos alimentos é fundamentalmente feita pelo sector familiar em micro unidades dispersas e com sistemas de conservação precários. Nas actuais condições de tratamento pós-colheita dos produtos, o sistema produtivo nacional perde próximo de 30% das colheitas devido a deficiências nos sistemas de conservação.

Nota-se uma fraca recolha e divulgação de informação sobre preços e mercados ao nível do produtor, limitando assim o conhecimento das oportunidades de negócio.

3.1.1 Escoamento

A actual crise alimentar impõe a necessidade de uma nova abordagem sobre o escoamento na perspectiva do seu alinhamento aos desafios da Revolução Verde, por forma a dar resposta a dinâmica do processo produtivo.

Acções de intervenção

- i. Revitalização da cabotagem para ligar os principais destinos de bens;
- ii. Priorizar os distritos de maior produção na construção, reabilitação e manutenção de estradas e pontes;
- iii. Acelerar a implementação da política de transporte fluvial e marítimo;
e
- iv. Avaliar as possibilidades de ligação das três regiões do país por via férrea como forma de minimizar custos logísticos;

3.1.2 Armazenagem

A capacidade total de armazenagem no país é estimada em 561,000 toneladas e a participação do sector público é de 44%. Esta capacidade não está totalmente disponível devido ao estado de degradação de alguns armazéns e silos.

As necessidades de armazenagem não se limitam apenas para a comercialização agrícola. De referir que nas cidades de Maputo, Beira e Nacala

alguns armazéns são usados para mercadorias em transito de e para outras partes do país e para países vizinhos, o que acresce as necessidades de armazenagem, de modo que nas três regiões do país regista-se em termos globais um défice de capacidade de 87%.

Tratando-se de armazéns maioritariamente de grandes dimensões, não podem ser explorados em pleno quando a rede grossista não funciona com eficácia, numa situação em que a produção é ainda dispersa. É este fenómeno que cria a ilusão de capacidade de armazenagem excedentária, visto que em algumas zonas há armazéns ociosos.

A construção, utilização e manutenção de armazéns requer recursos financeiros que em alguns casos não estão ao alcance dos agentes económicos, principalmente dos camponeses. Os investimentos públicos em infra-estruturas de armazenagem datam da década de 80' e uma parte destas reclama reabilitação.

As tabelas seguintes ilustram a capacidade actual de armazenagem (silos e armazéns), o plano de construção e reabilitação, evolução da capacidade e necessidades futuras.

Tabela 33: Rede de armazenamento

Províncias	Capacidade do sector Estatal				Capacidade do sector privado			Capacidade nacional		
	Silos	Armazém		Capacidade	Silos	Armazém	Capacidade			
	C	N	C	Total	C	C	Total	S	A	Total
Maputo	45000	5	6140	51140	0	80000	80000	45000	86140	131140
Gaza	0	13	20580	20580	0	5000	5000	0	25580	25580
Inhambane	0	5	6700	6700	0	5000	5000	0	11700	11700
Manica	2000	11	13900	15900	13000	8900	21900	15000	22800	37800
Sofala	0	8	7400	7400	28000	60000	88000	28000	67400	95400
Tete	0	14	23100	23100	0	6000	6000	0	29100	29100
Zambézia	0	25	43520	43520	0	0	0	0	43520	43520
Nampula	0	28	35427	35427	43000	56000	99000	43000	91427	134427
C. Delgado	0	20	24338	24338	0	0	0	0	24338	24338
Niassa	0	14	20730	20730	0	7000	7000	0	27730	27730
Total	47,000	143	201,835	24,835	84,000	227,900	311,900	131,000	429,735	560,735

N — representa o número de unidades

C — representa capacidade de armazenagem em toneladas

S — silos

A — armazéns

Tabela 34 Capacidade Actual (Armazéns) em Tons

Províncias	Armazéns (capacidade em ton)		Total
	Sector Público	Sector Privado	
Maputo	6.140	80.000	86.140
Gaza	20.580	5.000	25.580
Inhambane	6.700	5.000	11.700
Manica	13.900	8.900	22.800
Sofala	7.400	60.000	67.400
Tete	23.100	6.000	29.100
Zambézia	43.520	0	43.520
Nampula	35.427	56.000	91.427
C. Delgado	24.338	0	24.338
Niassa	20.730	7.000	27.730
Total	201.835	227.900	429.735

Tabela 35 Capacidade Actual (Silos) em Tons

Províncias	Silos (capacidade em ton)		Total
	Sector Público	Sector Privado	
Maputo	45.000	0	45.000
Gaza	0	0	0
Inhambane	0	0	0
Manica	2.000	13.000	15.000
Sofala	0	28.000	28.000
Tete	0	0	0
Zambézia	0	0	0
Nampula	0	43.000	43.000
C. Delgado	0	0	0
Niassa	0	0	0
Total	47.000	84.000	131.000

Tabela 36: Plano de reabilitação e construção de silos (ton)

Local	2008		2009		2010		2011		2012		Total prov
	Publ	Priv	Publ	Priv	Publ	Priv	Publ	Priv	Publ	Priv	
Zambézia	5,000		2000		4,000		2,000				42,200
Tete			5,000	6,400		12,800	5,000				103,200
Sofala			2,000		12,000					60,000	80,000
Niassa	5,000		1000								87,000
Nampula	2,000	40,000	12,000	20,000	2,000		5,000				91,000
Manica	4,000		3000		1,000		2,000				32,000
Gaza			2,000							20,000	29,000
C. Delgado			2,000				5,000				27,000
Nacala					20,000						40,000
Beira			20,000								40,000
Maputo							20,000				20,000
Total	16,000	40,000	49,000	26,400	39,000	12,800	39,000	0	0	80,000	302,200

Tabela : Plano de construção e reabilitação armazéns

Localização	2008		2009		2010		2011		Total const (Ton)	Total reab (Ton)	Valor const (USD)
	Cosnt	Reab	Cosnt	Reab	Cosnt	Reab	Cosnt	Reab			
Zambézia		5,000		5,000	5,000	10,000		10,000	5,000	30,000	300,000
Tete			5,000	10,000		10,000			5,000	20,000	300,000
Sofala					2,000	1000			2,000	1,000	120,000
Niassa		5,000		5,000					0	10,000	0
Nampula	2,000					10,000		5,000	2,000	15,000	120,000
Manica		10,000	5,000	2,000					5,000	12,000	300,000
Gaza		10,000		5000					0	15,000	0
C. Delgado						10,000			0	10,000	0
Nacala						10,000			0	10,000	0
Beira									0	0	0
Maputo				500					0	500	0
Total	2,000	30000	10,000	27,500	7,000	51,000	0	15,000	19,000	123,500	
Valor (\$ 1000)	120	1,080	600	990	420	1,836	0	540			1,140,000

Tabela 37: Evolução da Capacidade de Silos

Descrição	2008/09	2009/10	2010/11
Capacidade existente	131,000	262,400	334,200
Nova capacidade do Sector público	65,000	39,000	39,000
Nova capacidade do Sector privado	66,400	32,800	80,000
Total	262,400	334,200	453,200
Excedente de cereais	657,048	817,575	1,050,075
Excedente/Défice de capacidade	-132,248	-48,915	-7,715

Tabela 38: Evolução da Capacidade de Armazéns

Descrição	2008/09	2009/10	2010/11
Capacidade existente	429.735	436.735	453.735
Nova capacidade do Sector público	0	17.000	0
Nova capacidade do Sector privado	7.000	0	0
Total	436.735	453.735	453.735
Excedente outros produtos	932.274	1.042.123	1.263.898
Excedente outros produtos sem mandioca	278.911	376.152	527.504
Excedente/Défice de capacidade c/mandioca	-495.539	-588.388	-810.163
Excedente/Défice de capacidade s/mandioca	157.824	77.583	-73.769

A evolução da capacidade de silos e armazéns incorpora os planos tanto do sector público como do sector privado. Nota-se que não há capacidade suficiente em silos para a armazenagem de cereais e o défice aumenta com o tempo, mesmo considerando os planos de reparação e construção acima referidos e indicados na tabela 8 que segue.

Os armazéns têm capacidade suficiente para os volumes de comercialização estimados tendo em conta a Revolução Verde até à época 2009/10 e, daí, regista-se um défice que implica esforço adicional na criação de capacidade de armazenagem além do plano estabelecido e apresentado nas tabelas acima.

3.1.3 Acções de Intervenção

1. Implementação dos planos de construção e reabilitação de silos e armazéns já estabelecidos, nos principais corredores desenvolvimento, assim como nas zonas de maior produção agrícola (mapa em anexo).
2. Mobilizar recursos adicionais para a construção de mais silos, armazéns, tanques e terminais regionais de frio e de cereais, além dos já identificados nas zonas de incidência das medidas de promoção da produção no âmbito da Revolução Verde, incluindo pequenos silos rurais com capacidade de 50 a 250 toneladas que sirvam de pontos de consolidação de mercadorias.
3. Incentivar os produtores a construir armazens convencionais (capacidade de 1-5 toneladas) próximo das suas áreas de produção;
4. Intensificar a mobilização das comunidades para a construção e uso de celeiros melhorados.
5. Incentivar o sector privado a construir entrepostos comerciais de mercadorias, principalmente ao longo dos principais corredores;
6. Estabelecer parcerias com empresas especializadas na armazenagem de cereais para a construção e gestão de silos e armazéns de grande capacidade onde os volumes de produção o justifiquem.

3.2 Rede Comercial

A rede comercial do País, é de 10.224 estabelecimentos comerciais grossistas e 19.461 retalhistas. Os estabelecimentos de venda a grosso estão mais concentrados em relação aos estabelecimentos retalhistas. A província e cidade de Maputo têm 74% da rede grossista e 54% da retalhista. Ao nível de regiões, o sul tem 77% da rede a grosso e 64% a retalho. As províncias com a mais baixa densidade da rede são Niassa e Tete com 1% da rede grossista e 2% da retalhista, cada uma.

Tabela 39: Distribuição da rede grossista por província e o respectivo peso

PROVÍNCIA	Grossistas	Peso	Acumulado
M.CIDADE	6419	63%	63%
M.PROVINCIA	1,125	11%	74%
NAMPULA	878	9%	82%
SOFALA	543	5%	88%
C. DELGADO	285	3%	90%
ZAMBÉZIA	268	3%	93%
MANICA	224	2%	95%
INHAMBANE	181	2%	97%
GAZA	104	1%	98%
TETE	101	1%	99%
NIASSA	96	1%	100%
TOTAL	10,224	100%	

Tabela 40: Distribuição da rede retalhista por província e o respectivo peso

PROVÍNCIA	Retalhistas	Peso	Acumulado
M.CIDADE	7,934	41%	41%
M.PROVÍNCIA	2,491	13%	54%
NAMPULA	2,421	12%	66%
SOFALA	1,428	7%	73%
GAZA	1,149	6%	79%
INHAMBANE	927	5%	84%
CABO DELGADO	887	5%	89%
ZAMBÉZIA	694	4%	92%
MANICA	615	3%	95%
TETE	463	2%	98%
NIASSA	452	2%	100%
TOTAL	19,461	100%	

Das 19.461 lojas existentes no país 5.368 encontram-se nas zonas rurais e destas, 1.388 estão paralizadas. O Estado ainda tem a propriedade de 960 lojas rurais que podiam ser alienadas para estimular a sua manutenção e exploração, porque assim fazendo seriam usadas para aumentar a bancabilidade dos operadores.

3.1.4 Acções de intervenção para a expansão da rede comercial

1. Melhorar o ambiente de negócio nas zonas rurais através:
 - a. da simplificação de procedimentos ao registo e constituição de empresas;
 - b. Simplificação de procedimentos na obtenção de licenças para o exercício de actividade económica;
2. Concluir a venda das 960 lojas rurais para assegurar a sua intervenção na comercialização agrícola e venda de insumos no meio rural;
3. Adopção de mecanismos de tributação simplificados para pequenos contribuintes apropriados para o meio rural como forma de estimular o estabelecimento de negócios.

3.3 Comercialização agrícola

Os intervenientes na comercialização agrícola são as empresas especializadas com presença em diversas zonas do país, a rede comercial rural, Organizações Não Governamentais e agentes informais. O Estado participa através da disponibilização de armazéns ao sector privado. A actual conjuntura, associada à necessidade de promoção da produção por via Revolução Verde exige do Estado o reforço da sua actuação na comercialização como forma de complementar as acções e metas previstas na RV.

Acções de Intervenção

A intervenção do Estado pode ser realizar adoptando uma das seguintes alternativas:

Alternativa A: Intervenção Directa como Comprador de Último Recurso

O Estado intervém na comercialização nos casos em que existam excedentes não absorvidos pelos operadores privados durante a campanha. Neste caso o Estado através do Instituto de Cereais de Moçambique procederá à compra.

Nesta intervenção o Estado deverá investir na criação da estrutura logística (aquisição de veículos, equipamento, reabilitação dos armazéns, contratação de pessoal, e financiamento de despesas de funcionamento), e disponibilizar recursos financeiros para a compra de produtos.

Assume-se como quantidade a comprar 100.000 toneladas (80.000 de milho, 15.000 de feijões 5.000 toneladas de amendoim), na presente campanha 2008, que representam cerca de 20% do volume comercializável dos produtos alvo. O custo desta intervenção é de 1.097 milhões de meticais (44 milhões de USD)

(menos aconselhável a curto prazo). Anualmente o Estado deverá desembolsar 9,2 milhões de USD de custos operacionais; ou

Alternativa B: Intervenção do Estado em Parceria com o Sector Privado

O Estado intervém na compra dos excedentes por via do Sector Privado. Nesta operação, o Estado estabelece acordo com o sector privado para escoar os excedentes não absorvidos e assume o custo do produto, à porta do armazém do privado, estimado em 940 milhões de meticais (37.6 milhões de USD). Caso se pretenda constituir uma reserva física junto do privado, o Estado deverá assumir o custo de armazenagem e conservação até à data da retirada do produto, estimado em 740, 00 MT/Ton por mês (29,60 USD/Ton).

Alternativa C- Estado cria Facilidades Financeiras para a Intervenção do Sector Privado na Compra de Excedentes.

O Estado não intervém na compra. Concede incentivos ao sector privado para a compra dos excedentes não absorvidos no final da campanha de comercialização agrícola: subsídio ao preço de compra, bonificação da taxa de juros, linhas de crédito especial (taxas mais baixas) ou incentivos fiscais. Nesta operação seria necessário criar uma provisão financeira de 4,0 milhões de USD correspondente a 10% do valor da compra por campanha (cerca de 100 mil toneladas de cereais).

Independentemente das opções de intervenção atrás mencionadas, o Estado deverá proceder à monitoria permanente da comercialização, através do ICM, devendo para o efeito reforçar a sua capacidade institucional.

3.4 Financiamento da Comercialização

Foram identificadas as fontes de financiamento indicadas na tabela abaixo, contudo trata-se de fundos que carecem ainda de negociação para que sejam efectivamente destinados ao financiamento da comercialização agrícola e reabilitação de infra-estruturas comerciais.

Tabela 41: Programas actuais de apoio à Comercialização

ENTIDADE FINANCIADORA	Montante moeda externa	Mil meticais
União Europeia	2.900.000 USD	76.000.000
Programa de Mercados Rurais (MPD)	6.800.000	170.000.000
Ajuda Alimentar KRI 2006 (Japão)	1.500.000 USD	36.000.000
Programa de Compras Locais (PMA)	45.000.000 USD	1.125.000.000
Total	56.200.000	1.407.000.000

Acções de intervenção

1. Reforçar a mobilização de recursos para linhas de crédito especiais (condições de acesso simples e taxas de juro bonificadas);
2. Mobilizar financiamento junto dos parceiros de cooperação para a construção de mercados abastecedores nas três regiões do país. O valor de investimentos previstos para este Projecto de acordo com o estudo realizado é de 45 milhões de USD; e
3. Incentivar a participação de instituições de micro-finanças no financiamento da reabilitação de cantinas e lojas rurais, bem como no financiamento do comércio rural.

4. AGRO-PROCESSAMENTO

Ao nível do processamento as situações que se apresentam podem ser agrupadas da seguinte maneira:

- Cerca de 90% da indústria transformadora é constituída por unidades de pequena e micro dimensão concentradas nas zonas urbanas e suburbanas.
- Abundância de produtos e recursos naturais no meio rural que são sub aproveitados devido à falta de condições para o processamento.
- A implantação desta indústria em algumas regiões é condicionada à existência de infra-estruturas tais como: água, energia e vias de acesso.

Acções de intervenção

Para além das acções específicas previstas nos Planos de Produção de Culturas singulares, afiguram-se necessárias as seguintes acções transversais de promoção da industrialização rural, como forma de dar respostas às necessidades de acrescentar valor aos produtos agrícolas em geral:

- i. Promover o fabrico nacional de máquinas para o agro-processamento;
- ii. Assegurar a implantação e funcionamento de Centros de Demonstração com o objectivo de formar, capacitar e difundir tecnologias de agro-processamento apropriadas nas zonas rurais (1.5 milhão de USD por centro de demonstração);
- iii. Estimular as pequenas e médias empresas a investir em unidades industriais móveis, cujo objectivo é levar, às comunidades,

- conhecimento sobre as boas práticas de agro-processamento (1.0 milhão de USD);
- iv. Capacitar e sensibilizar sobre a especificidade das embalagens; e
 - v. Isentar direitos aduaneiros e IVA na importação de unidades de agro-processamento e de embalagens para as zonas rurais.

5. MERCADOS

5.1 Mercado Interno

O mercado nacional regista défices permanentes de oferta interna, à excepção do milho e mandioca.

Face à actual crise alimentar mundial, para a contenção da alta de preços, além da prioridade dada à produção nacional, afiguram-se pertinentes medidas de impacto imediato.

Acções de intervenção

1. Desincentivar as exportações de cereais;
2. Aperfeiçoar o sistema de informação de mercados;
3. Incentivar as instituições do Estado a consumir produtos nacionais;
4. Promover feiras de produtos agro-pecuários;
5. Reforçar o papel do Instituto Nacional da Normalização e Qualidade (INNOQ) na avaliação da conformidade, o que pressupõe a criação de infraestruturas e capacidade institucional (o custo estimado é de 16,0 milhões de USD);
6. Constituir e manter reservas para 3 meses consumo dos seguintes produtos:
 - a. Arroz (135.000 tons);
 - b. Milho (50.000 tons);
 - c. Trigo(118.000 tons);
 - d. Óleo alimentar (12.600 tons)

A reserva seria localizada em cada uma das 3 regiões do País. O impacto financeiro para esta reserva é de 37,9 milhões de USD, para um período mínimo de 2 meses, a preços CIF – Maputo, conforme tabela abaixo:

Tabela 42: Reserva Alimentar**Valores em USD**

Produtos	Consumo anual	Reserva (ton)	Preço Internac. CIF (USD)	Custo aquisição (USD)	Bonificação		
					Juros (14%)	Armazenagem	Total
Arroz	552.475	92.079	1.149	105.808.170	14.813.144	5.524.750	20.337.894
Trigo	461.250	76.875	457	35.139.563	4.919.539	4.612.500	9.532.039
Milho	1.738.800	50.000	353	17.655.000	2.471.700	3.000.000	5.471.700
Oleo Alimentar	54.000	9.000	1.585	14.265.000	1.997.100	540.000	2.537.100
Total				172.867.733	24.201.483	13.677.250	37.878.733

Esta reserva deverá ser revista anualmente, para ajustamento dos consumos, preços e oferta interna.

Os instrumentos para operacionalizar a constituição de reservas são:

1. Contratos governamentais para o acesso aos mercados fornecedores de produtos alimentares escassos a preços mais comportáveis;
2. Estabelecimento de acordos com sector privado para a imobilização de stocks mediante bonificação da taxa de juros⁵;
3. Comparticipação nos custos de armazenagem;
4. Subsídio pontual para produtos sensíveis, para estabilizar os preços domésticos;

Assistência a grupos vulneráveis

A assistência do Governo a grupos vulneráveis não está harmonizada, pelo que deverá ser providenciada numa única modalidade que consistirá na concessão de um cabaz de produtos em quantidades fixadas consoante a condição do beneficiário e do seu agregado familiar.

Outras intervenções:

⁵ O Estado pode financiar a reserva através de emissão de Títulos de Tesouro no valor da reserva alimentar. O esforço financeiro seriam os juros pagos pelos títulos e os custos de armazenagem.

1. Programação do aumento dos preços com base em mecanismos de previsão envolvendo os privados e estabelecimento de almofadas para atenuar o impacto sobre o consumo;
2. Campanha de publicidade sobre a crise através dos *media* envolvendo, empresas especializadas, para incentivar atitudes que preservem o bem estar; e
3. Envolver o movimento juvenil na discussão e procura de soluções sobre a crise alimentar.
4. Avaliar a possibilidade do GPZ focalizar acções de promoção da produção de riqueza para um efectivo aproveitando dos recursos existentes na região do Vale do Zambeze.

5.2 Mercado Externo

O mercado externo pode ser dividido em duas áreas: mercado regional (SADC) e o resto do mundo. Muitos países da SADC são vizinhos de Moçambique. A SADC estabeleceu diversos protocolos entre os quais o protocolo comercial que define prazos para a retirada total de direitos de importação entre os países membros. Existem na África Austral outros organismos de que Moçambique não faz parte como a SACU e a COMESA e que aplicam tarifas elevadas para países não membros. Moçambique para além de ser membro da SADC tem acordos bilaterais com alguns países vizinhos (Zimbabwe e Malawi).

Os constrangimentos que continuam a existir na cadeia de valor dos produtos agrícolas ditam a necessidade de prosseguir com a adopção de um conjunto de mecanismos e medidas que permitam o desenvolvimento contínuo da competitividade da produção e comercialização agrícola.

De referir que, o mercado nacional é actualmente dependente das importações de produtos alimentares básicos. Pelo que não existem riscos de sobreprodução que possa levar a uma frustração do sector produtivo por insuficiência da demanda. Existem também oportunidades de mercado na região.

A SADC é em geral dependente das importações mesmo nos períodos em que o mercado internacional é estável em termos de oferta e procura de bens de consumo. Actualmente as trocas regionais dos produtos indicados abaixo representam apenas 25% das trocas totais dos países da SADC com o mundo. Moçambique fornece à região somente 2% da demanda regional destes produtos.

Moçambique beneficia de acesso preferencial a vários mercados, dentre eles a União Europeia, EUA e China, além de que hoje todos os países facilitam a importação de alimentos.

Medidas para a colocação dos produtos nacionais no mercado externo

A promoção das exportações nacionais não deverá ser interrompida não obstante os défices de oferta registados no mercado interno, dado que as medidas tendentes a promover a produção poderão levar à criação de excedentes que justifiquem fluxos para os mercados regional e internacional. Neste contexto serão prosseguidas todas as acções de promoção das exportações que o Governo tem levado a cabo, sendo, para o efeito, necessário reforçar o orçamento do Instituto para a Promoção das Exportações (IPEX) para um montante anual de **1.0 milhão de USD**.

6. MEDIDAS FISCAIS E ORÇAMENTO

6.1 *Medidas fiscais*

A política fiscal em curso oferece, em geral condições favoráveis para a implementação das medidas previstas no Plano de Acção. Os fertilizantes, constantes da posição 31 da Pauta Aduaneira, e insecticidas, fungicidas, herbicidas e outros insumos agrícolas, constantes da posição 38.08 da Pauta Aduaneira, estão isentos de imposto sobre o valor acrescentado (IVA), quer na importação, quer na comercialização no mercado doméstico. Ao abrigo do Protocolo Comercial da SADC, as importações de fertilizantes, insecticidas, fungicidas, herbicidas e outros insumos agrícolas, provenientes da SADC estão isentas de direitos aduaneiros. Contudo, os fertilizantes, insecticidas, fungicidas, herbicidas e outros insumos agrícolas importados de outros países, continuam sujeitos a uma tarifa aduaneira de 2,5 por cento, conforme consta na Pauta Aduaneira, posições 31 e 38.08.

De acordo com a Lei n.º 32/2007, de 31 de Dezembro, os insumos agrícolas, que constem das posições 31 e 38 da Pauta Aduaneira, incluindo sementes, reprodutores, adubos, fungicidas e similares, estão isentos de IVA. A mesma Lei isenta de IVA os equipamentos agrícolas, incluindo, semeadores, plantadores e transplantadores, espalhadores de estrumes e outras máquinas de uso agrícola, hortícola ou florestal, bem como parte de máquinas e aparelhos de uso agrícola, incluindo motocultores, tractores agrícolas e geradores de corrente alternada, entre outros.

Proposta de Acções a tomar:

- Suspensão, durante a vigência do Plano de Acção, da aplicação dos 2,5 por cento da tarifa aduaneira que incide sobre os fertilizantes, insecticidas, fungicidas, herbicidas e outros insumos agrícolas, importados de fora da região da SADC, medida a considerar na proposta de Lei que aprova a Pauta Aduaneira;
- Avaliar, caso a caso, o tratamento a dar aos insumos e equipamento fundamentais na cadeia de valor dos produtos identificados neste Plano de Acção, no processo de revisão da Pauta Aduaneira em curso; e
- Avaliar as implicações da incidência do IVA na comercialização do milho.

6.2 Orçamento Global dos Programas

Tabela 43: Orçamento por programa (MT)

Campanhas	Milho	Arroz	Trigo	Batata-reno	Frango	Soja	Girassol
2008/09	1.387.920.344	1.481.053.173	386.731.968	367.288.620	217.875.000	50.642.908	77.460.597
2009/10	1.436.669.186	2.713.653.359	475.102.586	149.147.286	14.000.000	114.000.394	91.493.694
2010/11	1.379.369.777	2.876.234.793	479.723.768	438.270.177	0	158.849.684	41.349.291
Total	4.203.959.307	7.070.941.326	1.341.558.322	954.706.083	231.875.000	323.492.986	210.303.581

Campanhas	Mandioca	Pescas	Total
2008/09	5.096.000	120.027.360	4.094.095.970
2009/10	6.487.000	116.229.896	5.116.783.401
2010/11	20.227.000	278.317.783	5.672.342.273
Total	31.810.000	514.575.039	14.883.221.644

Tabela 44: Investimento público e privado (MT)

Campanhas	Investimento Privado	Investimento Público	Investimento Total
2008/09	937.393.844	3.156.702.126	4.094.095.970
2009/10	1.033.046.267	4.083.737.134	5.116.783.401
2010/11	1.924.066.267	3.748.276.006	5.672.342.273
			0

Total	3.894.506.378	10.988.715.266	14.883.221.644
-------	---------------	----------------	----------------

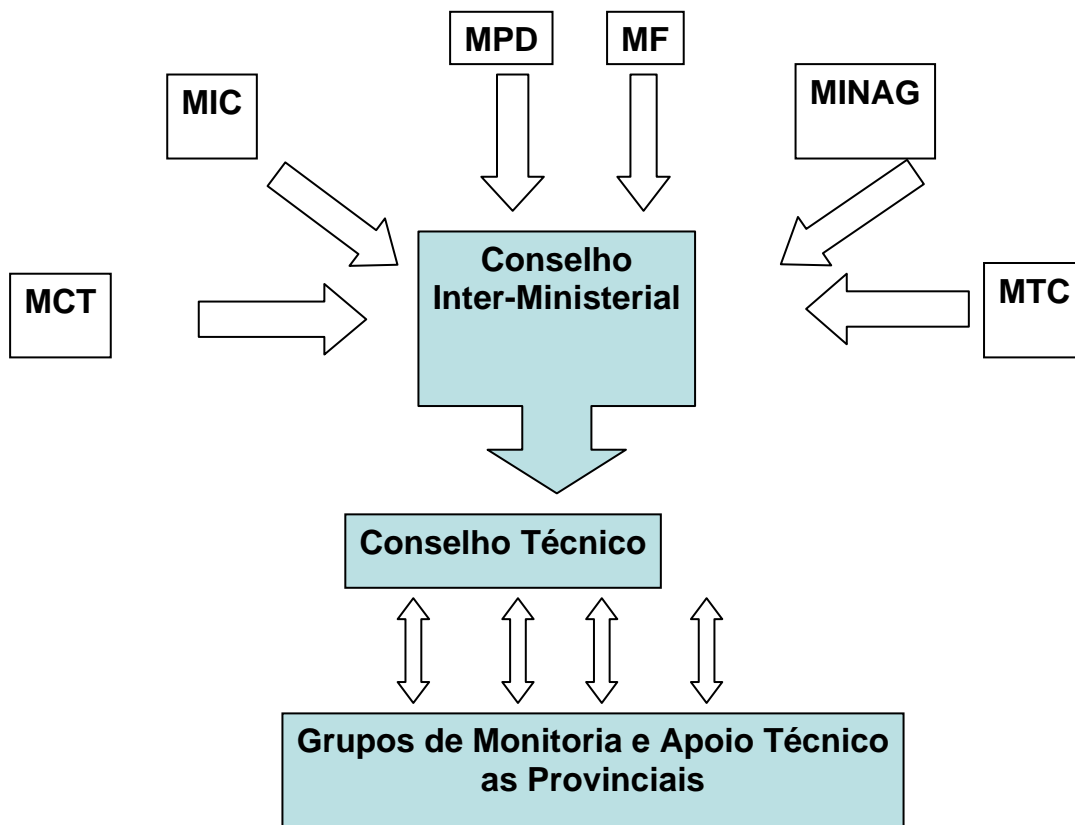
Tabela 45: Investimento público por produto (MT)

Produtos	2008/09	2009/10	2010/11	Total
Milho	1.199.222.500	1.233.309.919	1.156.010.510	3.588.542.929
Arroz	1.241.553.173	2.178.653.359	2.051.234.793	5.471.441.326
Trigo	279.731.968	313.202.586	154.843.768	747.778.322
Batata-reno	30.538.620	34.397.286	44.520.177	109.456.083
Frango	217.875.000	14.000.000	0	231.875.000
Soja	20.142.908	25.500.394	39.849.684	85.492.986
Girassol	69.960.597	76.493.694	18.849.291	165.303.581
Mandioca	1.650.000	3.450.000	4.650.000	9.750.000
Pescas	96.027.360	116.229.896	278.317.783	490.575.039
Total	3.156.702.126	3.995.237.134	3.748.276.006	10.900.215.266

Área de intervenção	2008/09	2009/10	2010/11	Total
Investigação	30.341.490	95.724.789	102.703.778	228.770.057
Semente	193.384.443	256.494.594	410.517.925	860.396.961
Fertilizantes	7.120.000	16.325.000	34.500.000	57.945.000
Fitossanidade	17.077.620	17.586.820	20.239.620	54.904.060
Tracção Animal	54.902.800	74.762.800	84.693.700	214.359.300
Irrigação	426.187.500	1.332.187.500	1.597.687.500	3.356.062.500
Extensão	237.317.598	348.949.920	468.323.200	1.054.590.718
Apoio a Avicultura	217.875.000	14.000.000	0	231.875.000
MINAG	1.184.206.451	2.156.031.423	2.718.665.723	6.058.903.596
Armazenamento - (PPP)	692.000.000	812.800.000	514.500.000	2.019.300.000
Reserva Alimentar	946.968.315	810.175.815	136.792.500	1.893.936.630
Comercializacao agrícola	100.000.000	100.000.000	100.000.000	300.000.000
Agroprocessamento	137.500.000	0	0	137.500.000
MIC	1.876.468.315	1.722.975.815	751.292.500	4.350.736.630
Apoio a Piscicultura	96.027.360	116.229.896	278.317.783	490.575.039
Total MT	3.156.702.126	3.995.237.134	3.748.276.006	10.900.215.266
Total USD	126.268.085	159.809.485	149.931.040	436.008.611

7. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO

- Conselho Interministerial
- Conselho Técnico
- Grupos de Monitoria e Apoio Técnico as Províncias



8. MEDIDAS A TOMAR PELO GOVERNO

Para assegurar o arranque da campanha 2008/09 deve se garantir algumas acções chaves de carácter imediato

- Decisão sobre recursos disponíveis necessários para a campanha agrícola;
- Celebração dos contratos-programa para assegurar a produção de semente na próxima campanha.
- Importação de fertilizantes: 15 mil toneladas (5 mil ton de NPK 12-24-12 e 10 mil ton de ureia);
- Divulgação do programa e sensibilização de todos os intervenientes chaves (produtores e provedores de insumos e comercialização);
- Processos de procurement para a aquisição de insumos agrícolas (inclui casos de importação);
- Financiamento a SEMOC para a comercialização de semente da presente campanha 2007/08, no valor de 500.000 USD;
- Estabelecimento de um entendimento com a Gapi sobre a matriz dos produtos estratégicos e os distritos prioritários, assim como sobre o montante a ser transferido com vista a accionar o programa de desenvolvimento integrado.

ANEXO 1: ÁREAS DE APOIO À PRODUÇÃO

A1.1 Programa de Sementes

A produção de sementes melhoradas constitui um dos principais pilares da Revolução Verde.

Os principais Constrangimentos que afectam o sub-sector de sementes são:

- Fraca disponibilidade da semente pré-básica nas culturais alimentares básicas,
- A fraca disponibilidade de semente de variedades melhoradas o que origina as misturas varietais de semente em circulação no mercado nacional
- O limitado acesso dos produtores à semente melhorada e de boa qualidade e de outros insumos;
- Preços de semente certificada praticados pelas empresas ainda elevados;
- A fraca rede de comercialização agrícola, o que desincentiva os produtores a investir na aquisição de insumos agrícolas;
- Limitada presença dos retalhistas de insumos agrícolas nas zonas rurais;
- A prevalência da emergência durante um período considerável do desenvolvimento da indústria de sementes no país, que contribuiu para a distorção do mercado de sementes e a sua fraca inserção nas zonas rurais;

Para responder ao Plano de acção, o Programa de sementes incide sobre os seguintes eixos prioritários, que vão permitir a revitalização da cadeia de semente no País:

- Aposta na produção de semente pré - básica e básica, de variedades de alto rendimento, envolvendo as estações zonais de investigação agrária (IIAM), em parceria com as empresas de produção de sementes;
- Revitalização da produção nacional de sementes através de contrato-programas com a SEMOC e outras empresas de produção de sementes.
- Apoio às associações de produtores na multiplicação local, e sua capacitação com equipamento de beneficiamento de sementes;
- Fortalecimento e expansão da rede de comercialização de sementes, através de:
 - Treinamento de retalhistas rurais de insumos;
 - Estalecimento de linhas de crédito para comercialização e investimentos (para reabilitação de armazens), com prioridade para as zonas rurais de alto potencial agrícola.
- Reforços aos serviços de controlo de qualidade de semente através de:
 - Reforço aos laboratórios regionais e central de sementes em equipamentos de laboratórios e meios circulantes, para inspecção da semente no campo e para fiscalização da rede comercial;
 - Recrutamento e treinamento de inspectores de sementes;

Tabela 46: Necessidades e disponibilidade de semente de 2008/9 a 2010/11

Culturas	2008/09			2009/10			2010/11		
	Nec	Disp	Def Exc	Nec.	Disp	Def Exc	Nec	Disp	Def Exc
Milho	2,000	2,000	0	4,000	4,000	0	5,000	5,000	0
Arroz	2,200	2,241	41	13,450	3,000	10,450	19,950	6,000	-13,950
Trigo	1,100	0	-1,100	1,860	0	-1,860	3,825	0	-3,825
Mandioca	45,000	45,000	0	90,000	90,000	0	150,000	150,000	0
Batata Reno	8,982	0	-8,982	10,244	0	-10,244	13,560	0	-13,560
Soja	750	100	-650	1,250	150	-1,100	2,000	300	-1,700
Girassol	300	50	-250	600	100	-500	900	200	-700

Variedades:

- Milho (Matuba, Tsangano, Mocuba, Sussuma, Changanane, OLIMPACA, PAN 67);
- Arroz (TA 312, Limpopo, C4-63; e variedades tradicionais - Agulha, Chupa, Mamima, Chibiça)
- Batata-reno (BP1, Liseta)
- Mandioca (Xinhembwe, Cucci – Sul; Nikwaha, Likonde - Norte);
- Girassol (Black record, saona);
- Soja (soprano)

Investimentos necessários para a revitalização do sistema de produção de semente básica pelo IIAM

Tabela 47: Investimento para o IIAM

Item	Numero	Custo unitário (MT)	Custo total (MT)
Máquina de beneficiamento	1 (Chokwe)	600,000	600,000
Tractores	9*	800,000	7,200,000
Reabilitação do sistema de regadio	43 ha**	200,000/ha	8,600,000
Total			16,400,000

* Prioridade: 3 tractores (Sussundenga, Chokwe e Nampula)

** Prioridade para Sussundenga (15 ha); Tsetsere (3 ha); Mutuali (15 ha) e Nampula (10 ha)

Investimento para revitalização da SEMOC

Esta empresa é propriedade da Seed Co (70%) e do Estado Moçambicano (30%). Em 2006 a Seed Co deixou de participar directamente na gestão da SEMOC, em parte devido à crise que assolou a empresa mãe, zimbabweana, tendo manifestado interesse junto do Estado Moçambicano de vender a sua participação social.

Actualmente a empresa é gerida por uma Comissão de Gestão nomeada pelo Ministro da Agricultura em coordenação com o IGEPE. Ela sobrevive à custa de

pequenos negócios de aquisição e beneficiamento de sementes produzidas por pequenos produtores pertencentes à rede nacional de sementes. Descontinuou as actividades de pesquisa e de fomento de produção.

A SEMOC pode ser uma peça chave na revitalização da indústria nacional de sementes, nesta fase em que se aposta na dinamização da produção nacional de alimentos. Assim, propõe-se que, temporariamente, o Governo assuma a responsabilidade pela empresa, enquanto se procura um parceiro estratégico com capacidade técnica e financeira de reatar as suas actividades.

No presente Plano de Acção se propõe que esta empresa seja financiada por recursos do Estado, estimados em 40 milhões de Meticais, para:

- Realizar reparações e benfeitorias ao parque industrial e armazéns, para laborar ao nível das exigências da demanda imediata;
- Fortalecer a capacidade de aquisição de semente dos produtores;
- Capital circulante de operação;
- Fomento da produção de semente através da disponibilização atempada de insumos aos produtores de sementes e assistência técnica.
- Reforçar a capacidade técnica, administrativa e agronómica da SEMOC visando responder aos desafios da crise alimentar mundial.

Investimento na área de processamento de semente

- Aquisição e repassagem de equipamentos de processamento de sementes às associações, com prioridade para semente de arroz na Zambézia, sendo 3 maquinetas para Zambézia (Mopeia, Maganja da Costa e Nicuadala) e 2 em Sofala (Distrito de Beira).
- O orçamento estimado para esta actividade é de cerca de 2,500,000 MT.

Investimento na área da rede comercial de insumos

O programa prevê:

- Capacitação e expansão da rede de retalhistas locais de insumos em parceria com o projecto de Reforço de Mercado de Insumos Agrícolas, cuja assistência técnica é feita pelo Centro Internacional de Fertilizantes (IFDC);
- Alocação de uma linha de credito para comercialização;
- Alocação de credito de investimento para a reabilitação de armazéns para insumos, bem com, para a aquisição de meios de transporte.

Investimento em actividades de suporte do programa

O controle de qualidade de sementes constitui o principal pilar para o desenvolvimento da industria de sementes. Neste contexto, o programa nacional de sementes prevê a capacitação do laboratório central e dos laboratórios

regionais de sementes (Gaza, Manica e Nampula). Pretende-se realizar os seguintes investimentos:

Tabela 48: Investimentos em Actividades de Suporte (MT)

<i>Intervenção</i>	2008/9	2009/10	2010/11	Total
Treinamento dos inspectores de sementes e técnicos de laboratório em matéria de qualidade de semente	250,000	250,000	250,000	750,000
Reforço de recursos humanos e treinamento no sistema de controle de qualidade de semente	1,125,000	1,125,000	1,125,000	3,375,000
Aquisição e renovação de equipamentos laboratoriais de controlo de qualidade de semente	3,475,000			3,475,000
Aquisição de 4 viaturas para os 4 laboratórios para a inspecção dos campos de produção de sementes, bem como a fiscalização da rede comercial	3,600,000			3,600,000
Equipar os inspectores locais com motorizadas e kit de inspecção de sementes para as seguintes províncias: Maputo (1); Gaza (2); Inhambane (1); Sofala (1); Manica (3); Tete (1); Zambézia (2); Nampula (2); C. Delgado (1); Niassa (1)	2,250,000			2,250,000
Total	10,700,000	1,375,000	1,375,000	13,450,000

Orçamento previsto (MT)

- Contratação do pessoal: 1,170,000 anual
 - Equipamento de laboratório: 4,000,000
 - Viaturas: 4,000,000
 - Motorizadas: 1,500,000
 - Kit de inspector: 375,000
- Total: 11,000,000

A1.2 Programa de Fertilizantes

Aspectos críticos fundamentais:

- Popularização do uso do guano e diatomite
- Implementar o Programa de Fortalecimento da Rede de Insumos Agrícolas - uma parceria do Governo/MINAG, Programa SG2000 e USAID - centrado nas seguintes intervenções:

- I. Capacitação técnica dos retalhistas de insumos agrícolas, já em curso no Corredor da Beira e será extendido para outras regiões do país;
 - II. Parceria público-privada para o estabelecimento de uma Terminal Regional de Fertilizantes na zona do Porto da Beira (espera-se que esteja operacional em 2009);
 - III. Implementação de um Programa-piloto de 3 anos (início na campanha 2008/9) para o fortalecimento e expansão da cadeia de comercialização de fertilizantes (Vouchers);
- Aprovisionamento conjunto, usando os portos de Maputo, Beira e Nacala, com os países da região de modo a baixar os custos de transacção;
 - Medidas fiscais que passam pela remoção da taxa aduaneira de 2.5% sobre as importações;
 - Dragagem do canal que dá acesso ao porto da Beira,
 - Formação dos produtores e dos distribuidores,
 - Formação de rede de distribuição,
 - Incentivar o sector privado a investir em Unidades de formulação de fertilizantes de acordo com as necessidades dos produtores;
 - Facilidades de crédito em toda cadeia

A1.3 Programa de Tracção Animal

A tracção animal tem um papel fundamental no aumento das áreas cultivadas, da produção e da produtividade agrícola, melhorar o transporte e a comercialização rurais.

Com vista a responder os anseios do plano deverá se assegurar a aquisição e distribuição de juntas como mostra o quadro abaixo:

TABELA: 11

TRACAO ANIMAL - JUNTAS ADICIONAIS

	2008/09	2009/10	2010/11	TOTAL	Juntas	Area p/ junta ha	Area total ha
	Nr animais	Nr animais	Nr animais				
	2500	3500	4000	10000	5000	10	50000
Orçamento	54,900,000.00	72,625,000.00	84,690,000.00	212,215,000.00			

Aspectos críticos :

- O fomento da tracção animal
- Equacionar outras espécies que melhor se adaptam nas zonas de maior risco da mosca tsé-tsé
- Aquisição de animais e equipamento,
- Treinamento dos produtores na utilização de tracção animal,
- Criação de centros de prestação de serviços,
- Incentivar a venda de equipamento de tracção animal,

A1.4 Programa de Mecanização Agrícola

Para a intensificação da produção agrícola em escala, o uso de equipamento agrícola é fundamental, neste sentido para fazer face ao plano de acção propõem-se a aquisição de seguinte equipamento. (vide o quadro abaixo):

Tabela 49: Mecanização Agrícola

Nº	Designação	P. Unit	2008/09		2009/10		2010/11	
			Qtd	Valor (Mil)	Qtd	Valor (Mil)	Qtd	Valor (Mil)
1	Tractores agrícola	620.000,00	664	411.680,00	354	219.480,00	646	400.520,00
2	Multicultivadoras	140.000,00	1660	232.400,00	884	123.760,00	1616	226.240,00
3	Grades	85.000,00	672	57.120,00	360	30.600,00	648	55.080,00
4	Charruas	105.000,00	672	70.560,00	360	37.800,00	648	68.040,00
5	Atrelados de 5 tonelad	170.000,00	332	56.440,00	177	30.090,00	323	54.910,00
6	Semaeadores	300.000,00	332	99.600,00	177	53.100,00	323	96.900,00
7	Debulhadores	95.000,00	166	15.770,00	89	8.407,50	162	15.342,50
	TOTAL (Mil Mt)			943.570,00		503.237,50		917.032,50
Áreas a Incrementar (Ha)			415.000		225000		405000	
Nota								

Pressupostos:

- Criação de parques de máquinas de gestão privada nas zonas rurais
- Criação de centro de formação e treinamento no uso de equipamento agrícola
- Apoio as empresas para importação equipamentos
- Criação de grémios de lavoura nos distritos prioritários
- Leasing em condições bonificadas para aquisição de equipamento agrícola

Mecanismos de implementação dos Parques de Máquinas

a montagem institucional dos parques de máquinas será feita com base em Parques de manutenção e conservação das máquinas por Zonas (Sul, Centro e Norte) e em Unidades de Gestão locais, onde o Fundo de Fomento Agrário supervisionará os operadores

E com ajuda das estruturas locais dos distritos beneficiários do projecto, as Direcções Provinciais, por sua vez, irão seleccionar um Agricultor ou uma Associação de Agricultores ou um privado, que seja dinâmico, honesto, cooperativo e capaz de pagar em prestações o valor correspondente à compra do(s) equipamento(s) posto(s) à sua disposição.

A este grupo de pessoas chamar-se-ia, Unidade de Gestão Local (UGL), cuja função fundamental é de aluguer de máquinas aos agricultores, às Escolas ou

Institutos agrários, Associações de agricultores e outros, tudo isto com vista a apoiar não só, o desenvolvimento das pequenas e médias empresas no âmbito da promoção do empresariado nacional mas também o desenvolvimento do movimento associativo rural.

A1.5 Programa de Irrigação

A agricultura no país é predominantemente de sequeiro, este quadro deverá ser invertido com vista a assegurar o aumento de produção e produtividade apostando no aproveitamento integral das áreas operacionais de irrigação e sua expansão, principalmente para a produção de arroz. O quadro abaixo mostra o esforço adicional necessário para o aumento gradual das áreas de irrigação em função dos objectivos do plano de acção:

Tabela 50: Irrigação

Nome do regadio	2008-2009		2009-2010		2010-2011		Provincia	Distrito
	Arroz	Hortícolas	Arroz	Hortícolas	Arroz	Hortícolas		
Cabaceira Grande	300						Nampula	Mossuril
Angoche			150		150		Nampula	Angoche
Moma			50		50		Nampula	Moma
Regadio de Nikuta				100			Nampula	Nampula Cidade
Associação de Camponeses de M'Padue							Tete	Tete - Cidade
União das Cooperativas Agro-Pecuarías do Vale de Nhartanda				60			Tete	Tete - Cidade
Munda-munda	500						Zambezia	Maganja da Costa
Intabo	500		150		150		Zambezia	Maganja da Costa
Thewe I	95						Zambezia	Mopeia
Mucelo	250						Zambezia	Nicoadala
Murire			250		250		Zambezia	Morrumbala
M'ziva			100	100			Zambezia	Nicoadala
Cherimonio			80	80	300	300	Sofala	Buzi
Nhabinira		60					Sofala	Gorongosa
Ex-empresa estatal de Caia			1500	800			Sofala	Caia
Zonas Peri-urbanas Beira			100	100	100	100	Sofala	Beira
Zonas verdes Beira				100			Sofala	Beira
Estação Agraria de Sussundenga - IIAM				100			Manica	Sussundenga
Regadio de Murorue		130					Manica	Sussundenga
Mubique	70	70					Inhambane	Panda
Chokwe	6000	6000	2000	2000	2000	2000	Gaza	Chokwe
Xai Xai	3160	3160					Gaza	Xai-xai
Macia	100				1500	200	Gaza	Macia
Sistema do Vale de Manguenhane		200				100	Gaza	Manjacaze
Areas Diversas (Salamanga)			300		200		Maputo	Matutuine
Agricultores da Associação de Ribangua				300		300	Maputo	Manhiça
Sabie - Bloco 5						500	Maputo	Moamba
Sabie - Bloco 48						200	Maputo	Moamba
Zonas Verdes - Vale do Infulele				100		100	Maputo	Maputo
Zonas Verdes - Vale de São Damáso e Baixa de Bonhiça				100		100	Maputo	Maputo
Zonas Verdes - Zona costeira				500		200	Maputo	Maputo
TOTAL	10.975	9.620	4.680	4.440	4.700	4.200		

Nota: No primeiro ano todas as intervenções serão feitas em áreas consideradas operacionais, sendo necessários apenas trabalhos de manutenção, reparações pontuais ou aquisição de equipamentos. Nos anos 2 e 3 estão consideradas novas áreas actualmente inoperacionais.

Aspectos críticos

- Alerta-se para o facto que o cumprimento integral dos procedimentos estabelecidos pelo decreto 54/2005 de 13 de Dezembro poderão por em risco o cumprimento dos prazos do presente plano.
- O cumprimento das metas definidas em termos de áreas irrigadas poderá ser facilitado através da realização de contratos chaves em mão para a

- reabilitação das infra-estruturas, tendo em conta que eventualmente esses serviços sejam mais onerosos,
- Deve ser ponderada a questão do reforço da capacidade institucional para implementar o plano em termos de regadios.

A1.5 Programa de Campanhas fitossanitárias

A Política Agrária preconiza que o aumento da produção agrícola depende em grande parte da protecção das culturas, factor importante na redução dos prejuízos causados na produção agrícola pelo ataque de pragas e doenças que se manifestam ao longo do ciclo vegetativo e no período pós-colheita.

Consideram-se principais pragas das culturas, **as pragas migratórias**, nomeadamente o Gafanhoto Vermelho, Lagarta invasora e Pardal de bico vermelho, afectando na sua maioria os cereais, **o Rato de campo, o caruncho grande do milho, as brocas de colmo, a cochonilha e o acaro da mandioca**, enquanto que o amarelecimento letal do coqueiro, a podridão radicular da mandioca, a virose do tomateiro entre outras, são as doenças que mais prejuízos causam nas culturas.

Cabe ao governo assegurar a actividade de campanhas fitossanitárias, tendo em conta que trata-se duma actividade nuclear do sector agrário. O orçamento médio anual necessário está estimado em : 12.500.000,00 Mt; 8000.000,00 Mt e 8000.000,00 Mt para 2008/09, 2009/10 e 2010/11 respectivamente.

A1.5 Programa de Extensão Agrária

Os Serviços Públicos de Extensão estão presentemente a cobrir 113 distritos incluindo as zonas verdes de 3 cidades, com 577 extensionistas e a assistir cerca de 285.361 produtores. As ONG'S estão presentes em 111 distritos, com 595 extensionistas e a assistir cerca de 216.404 produtores. Dos distritos assistidos pelas ONG'S 101 coincidem com a presença dos Serviços Públicos. No âmbito do Sistema Nacional de Extensão, todos os intervenientes no terreno devem interagir visando a melhoria de vida do produtor, a presença destes parceiros no terreno constitui uma importante sinergia.

O actual nº de extensionistas para fazer face ao programa é reduzido. Para fazer face ao plano de acção há necessidade de reforçar o número de extensionistas. (vide o quadro seguinte):

Tabela 51: Extensão Agrária

Variáveis	V. Unit	Campanha 2008-2009				Campanha 2009-2010				Campanha 2010-2011			
		Nº extensi existentes	Nº de novos extens	Total de extens	Valor Total	Nº extens existentes	Nº de novos extens	Total de extens	Valor Total	Nº extens existentes	Nº de novos extens	Total de extens	Valor Total
Salário do Extensionista *	17.832,00	783	517	1300	9.219.144,00	1300	300	1600	5.349.600,00	1600	400	2000	7.132.800,00
Kit básico do extensionista	7.466,00		517		3.859.922,00		300		2.239.800,00		400		2.986.400,00
Motorizada 125 cc	133.000,00		300		39.900.000,00		200		26.600.000,00		250		33.250.000,00
Motorizada 50 cc	48.000,00		217		10.416.000,00		100		4.800.000,00		150		7.200.000,00
Capacitação inicial do extensionista (30 dias)	42.621,50		517		22.035.315,50		300		12.786.450,00		400		17.048.600,00
Reciclagem técnica do extensionista (5 dias)	7.103,60	783			5.562.118,80	1300			9.234.680,00	1600			7.103,60

Aspectos críticos :

- Recrutamento de técnicos,
- Treinamento e equipamento dos técnicos,
- Reorientação dos técnicos/extensionistas existentes para os locais prioritários no âmbito do plano de acção,
- Criação de condições básicas para os técnicos/extensionistas
- Criação da carreira de extensionistas agrícolas

A1.6 Estratégias de Implementação

As estratégias de implementação do presente Plano de Acção centram-se na intensificação das acções preconizadas na Estratégia da Revolução Verde, que tem como vectores principais:

- utilização de sementes melhoradas;
- utilização de fertilizantes, incluindo guano e diatomite
- melhor gestão da água para irrigação;
- utilização da tracção animal e, onde for adequado, a mecanização agrícola;
- investigação e extensão;
- controlo integrado de pragas e doenças das culturas agrícolas (fitossanidade)
- fomento da Agroindústria;
- crédito de campanha agrícola e para investimento agrário.

As intervenções nas áreas acima mencionadas serão fortalecidas para atender prioritariamente os seguintes programas:

- Programa de cereais (milho, arroz e trigo);
- Programa de raízes e tubérculos (mandioca e batata-reno);
- Programa de oleaginosas (girassol, soja e amendoim);
- Programa de avicultura (frango).

A produção será feita de forma intensiva e extensiva nas zonas agro-ecológicas cujas características são apropriadas para a prática das culturas seleccionadas. O programa aposta em 3 pacotes tecnológicos:

- Pacote tecnológico 1 (P1): disponibilização de semente melhorada para pequenos produtores que praticam agricultura em regime de sequeiro, mas em zonas com boa precipitação;
- Pacote tecnológico 2 (P2): disponibilização de semente melhorada e adubo, com uma taxa média de aplicação de 50 kg/kg, para pequenos produtores que produzem em sequeiro, mas em zonas com boa precipitação;
- Pacote tecnológico 3 (P3): disponibilização de semente melhorada e adubo com taxas de aplicação óptima (300 kg/ha), para pequenos e médios produtores em sistemas de regadio;

O Estado, através das Estações zonais de investigação agrária assume a produção de semente pré-básica e básica. Para dinamizar a indústria nacional de sementes, numa primeira fase, o Estado vai igualmente financiar a produção de semente certificada através de parcerias com as empresas privadas de produção de semente ou mediante contrato-programa com a SEMOC e/ou associações de produtores de sementes.

Quanto aos fertilizantes, para garantir disponibilidade e reduzir custos ao produtor, numa primeira fase, o Estado vai importar grandes volumes de fertilizantes, mediante contrato-programa com empresa(s) de agroquímicos. A médio prazo, o Estado vai incentivar o investimento privado na instalação duma fábrica de mistura/formulação de fertilizantes, prioritariamente na zona centro do país.

Serão observadas as seguintes modalidades de disponibilização de insumos aos produtores:

- Realização de feiras de insumos, em que os produtores participam com 20% do custo total dos insumos (Pacotes P1 e P2);
- A distribuição de insumos para os produtores do pacote tecnológico 3 é feita através de crédito de campanha.

Em relação á irrigação, o Governo vai continuar a apostar na reabilitação ou construção de pequenos sistemas de rega, com prioridade para as zonas de produção de arroz. Paralelamente, o Estado vai maximizar a utilização dos sistemas de regadio existentes, através do estabelecimento de linhas de crédito especiais, assistência técnica e ligação dos produtores aos mercados.

O Governo vai prosseguir com o fomento da tracção animal, através da aquisição, treinamento, distribuição de juntas de bois, charruas e carroças, prioritariamente para as zonas de maior potencial agrícola e livres da mosca tsé-tsé. O programa de tracção animal será implementado com base em duas modalidades, nomeadamente:

- contrato de fomento pecuário actualmente vigente no país, que consiste no crédito em espécie, em que a reposição é feita por meio de crias.

- cedência em espécie (animais) e pagamento em dinheiro em prestações

A Extensão agrária será reforçada nas zonas de implantação dos programas para atender prioritariamente a estes. As redes de extensão privada e das ONG's complementam a rede pública de extensão mediante contrato-programa.

O Programa das campanhas fitossanitárias este deverá se prestar atenção particular á monitoria e controlo das pragas migratórias: Gafanhoto vermelho (Buzi-Gorongosa em Sofala, Lagos Chiúta e Chirua em Niassa), lagarta invasora (Sofala, Manica, Tete, Cabo Delgado, Niassa, Gaza e Maputo), Pardal de bico vermelho (Gaza e Maputo) e outras pragas e doenças altamente destrutivas. Pretende-se estabelecer um sistema mais eficiente de monitoria das pragas e doenças e criar uma capacidade de intervenção em termos de stocks de pesticidas, material de protecção e aplicação nos locais de eclosão de surtos de pragas.

ANEXO 2: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NO QUADRO DA REVOLUÇÃO VERDE

Para elevar a produção e a produtividade na agricultura com vista a combater o défice na produção dos bens que constituem a cesta básica de alimentação em Moçambique é necessária uma revisão profunda não só na maneira como a agricultura é feita, mas também da assistência actualmente dada aos produtores, deixando-se de se abordar a questão de financiamento isoladamente. O plano de acção para a elevação da produção nacional é uma oportunidade para se capitalizar da experiência adquirida na administração de alguns instrumentos financeiros que já vêm combinando o financiamento com outros serviços de desenvolvimento da actividade agrícola. O potencial desta experiência tem sido limitado pelo reduzido volume de recursos e pelo âmbito localizado das mesmas.

Esperanças têm sido depositadas no Banco Terra, a ser inaugurado no próximo dia 5 de Junho, em que a GAPI é accionista. Este Banco tem um compromisso de afectar 50 por cento da sua carteira de crédito para os Agronegócios. Contudo, o Banco Terra não deixa de ser um banco comercial. Enquanto não houver uma abordagem sistemática ao problema do risco de investimento no sector da agricultura, o problema de financiamento ao sector permanecerá sem solução.

A2.1 Exemplos de Instrumentos Financeiros com Elementos de Desenvolvimento

São exemplos de instrumentos que combinam o financiamento com aspectos de desenvolvimento, os seguintes administrados pela GAPI:

1. O Fundo Agrário do Limpopo (FAL) que visa transformar a agricultura de subsistência em agricultura comercial, no Vale do Limpopo, através do apoio às pequenas e médias empresas, associações de pequenos agricultores e comerciantes rurais, instituições de micro-crédito e organizações de poupança e crédito. Além da concessão de crédito, o FAL actua também na formação em desenvolvimento de negócios e associativismo.
2. O Fundo Agrário do Zambeze (FAZ) que apoia pequenas e médias empresas privadas no sector agrícola, grupos de pequenos produtores e familiares com capacidade de gerarem e comercializarem excedentes agrários, e instituições de micro-finanças, na região do Vale do Zambeze. Actuando na perspectiva da cadeia de valor, o FAZ intervém directamente na realização de investimentos para modernizar tecnologias agrárias, na formação em desenvolvimento de negócios e na gestão de micro-crédito e na rede de serviços financeiros que estimulem desde a aquisição e fornecimento de insumos, equipamentos para o processamento de produtos agrícolas, até ao transporte.

3. O Fundo de Apoio à Pequena Irrigação (FAPI) que actua nas províncias de Maputo, Sofala e Zambézia, apoiando pequenos camponeses e grupos de agricultores, concedendo crédito para custos operacionais de curto a médio prazos e para pequeno equipamento de irrigação, através de mecanismos que incluem o *quase-leasing*.

4. O Fundo de Apoio a Mercados Agrícolas (FAMA) que apoia comerciantes rurais, operadores agro-industriais e a camponeses e suas associações, nos distritos nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, através das acções de desenvolvimento de capacidades empresariais e institucionais no comércio rural e da concessão de crédito.

A2.2 Programa de Desenvolvimento Integrado

O desenvolvimento sustentável de uma produção empresarial no sector agrícola requer uma abordagem integrada. Os moldes actuais da prática da agricultura, baseada no sector familiar de pequena escala, amarram o sector agrícola num ciclo vicioso. O facto de a maioria dos camponeses serem pobres limita a sua capacidade de investimento. A falta de investimentos limita a escala de expansão e expõe a produção às forças da natureza. O risco combinado com a pequenês da sua escala eleva as dificuldades de acesso aos mercados financeiros. Mas a falta de acesso ao financiamento limita a capacidade de realização de investimentos.

O programa de desenvolvimento integrado procura romper este ciclo vicioso actuando em três pilares:

- O dos serviços financeiros consistirá no apoio aos produtores no acesso aos mercados financeiros e na identificação dos instrumentos financeiros adequados ao tipo e escala de produção.
- O do desenvolvimento institucional estarão todas as áreas de formação e apoio aos camponeses com vista a adoptarem as melhores práticas de produção e armazenamento dos excedentes. Algumas negociações de insumos e até de instrumentos financeiros podem tornar-se difíceis quando abordadas isoladamente, mas em associações os produtores podem tornar-se fortes.
- O do desenvolvimento de negócios consistirá em todas as acções da formação do empresariado, incluindo a capacitação sobre as práticas de gestão e de pesquisa e acesso aos mercados.

O programa pode ser accionado a curto prazo, bastando um capital inicial de 60 a 75 milhões de meticais. A parte significativa das acções pode ser desenvolvidas com base nos fundos já alocados aos distritos para investimentos de iniciativa local. O programa iria apoiar os distritos a rentabilizarem a utilização destes recursos através da produção agrícola e, deste modo, prosseguindo o objectivo da segurança alimentar. Uma vez em andamento, a experiência do programa poderá ser base para a mobilização de recursos junto do sistema financeiro.

ANEXO 3: PROGRAMA DE SEMENTES

A3.1 Produção de semente pré - básica e básica, de variedades de alto rendimento

Tabela 52: Produção da semente básica na campanha 2008/09

Cultura	IIAM	Mocfer	Lozane farm	SEMOC	Locais	Área total (ha)	Produção esperada (ton)	Custo de produção (MT)
Milho	30 ha	20 ha	52 há	5 ha	Chókwè (Gaza), Umbeluzi (Maputo), Alto Molócue (Zambézia), Sussundenga (Manica) e Tete	107	315	1,605,000
Arroz	20	130	-	-	Chokwe(Gaza), Zambézia	150	600	4,200,000
Trigo	5	5			Chokwe (Gaza)	10	20	100,000
Soja	5	-	5	-	Nampula, Alto Molocue (Zambézia);	10	15	75,000
Girassol	5	-	5	-	Nampula, Alto Molocue (Zambézia)	10	20	100,000
Total	65	155	62	5		287	970	6,080,500

Tabela 53: Produção da semente básica em 2009/10

Cultura	IIAM	Mocfer	Lozane farm	SEMOC	Locais	Área total (ha)	Produção esperada (ton)	Custo de produção (MT)
Milho	35 ha	25 ha	57 há	5 ha	Chókwè (Gaza), Umbeluzi (Maputo), Alto Molócue (Zambézia), Sussundenga (Manica) e Tete	122	366	1,830,000
Arroz	25	80	-	-	Chokwe(Gaza), Zambézia	105	420	2,940,000
Trigo	10	10			Chokwe (Gaza)	20	40	200,000
Soja	10	-	10	-	Nampula, Alto Molocue (Zambezia);	20	30	150,000
Girassol	10	-	10	-	Nampula, Alto Molocue (Zambézia)	20	40	200,000
Total	90	115	77	5		287	896	5,320,000

Tabela 54: Produção da semente básica em 2010/11

Produção de semente básica								
Cultura	IIAM	Mocfer	Lozane farm	SEMOC	Locais	Área total (ha)	Produção esperada (ton)	Custo de produção (MT)
Milho	40 ha	30 ha	62 há	5 ha	Chókwè (Gaza), Umbeluzi (Maputo), Alto Molócue (Zambézia), Sussundenga (Manica) e Tete	137	411	2,055,000
Arroz	30	80	-	-	Chokwe(Gaza), Zambézia	110	440	3,080,000
Trigo	15	15			Chokwe (Gaza)	30	60	300,000
Soja	15	-	15	-	Nampula, Alto Molocue (Zambezia);	30	45	225,00
Girassol	15	-	15	-	Nampula, Alto Molocue (Zambézia)	30	60	300,000
Total	115	125	92	5		337	1,016	5,960,000

A3.2 Revitalização da produção nacional de sementes através de contrato-programas com empresas de produção de sementes.

Tabela 55: Produção de semente certificada e garantida na campanha 08/09

Cultura	Actores	Locais	Área total (ha)	Produção esperada (ton)	Custo de produção (MT)
Milho	SEMOC, MIA–Mocfer, PANNAR, APROSEL, HORTIMOC, Dengo Comercial, Lozane Farm, Semente perfeita, Qualita, Associações	Chókwè (Gaza), Umbeluzi (Maputo), Alto Molócue (Zambézia), Sussundenga (Manica) e Tete	1,334	4,000	20,000,000
Arroz	Mocfer, Lozane farm, associações de Zambézia, Sofala, Nampula	Chokwe(Gaza), Zambézia	3,362 (750 ha)	13450 (3,000 tons semente certificada)	21,000,000 (semente certificada)
Trigo	Mocfer, Associações de Manica e Tete	Gaza, Manica, Tete	0	0	0
Soja	ONG's e associações, SEMOC, Lozane farm		833 ha (100)	1250 (150)	750,000
Girassol	ONG's e associações, Lozane farm, SEMOC		300 (50)	600 (100)	500,000
Mandioca			2	180,000 estacas	
Batata reno			1024 (312.5)	10,244 (3.125)	21875000
Total					64,125,000

* condicionado a disponibilidade de semente básica e expansão de regadios

Tabela 56: Produção de semente certificada I na campanha 09/10

Cultura	Actores	Locais	Área total (ha)	Produção esperada (ton)	Custo de produção (MT)
Milho	SEMOC, MIA–Mocfer, PANNAR, APROSEL, HORTIMOC, Dengo Comercial, Lozane Farm, Semente perfeita, Qualita, Associações	Chókwè (Gaza), Umbeluzi (Maputo), Alto Molócue (Zambézia), Sussundenga (Manica) e Tete	12,600	37,800 (5,000)	25,000,000 (correspondente a 5,000 tons)
Arroz	Mocfer, Lozane farm, associações de Zambézia, Sofala, Nampula	Chokwe (Gaza), Zambézia	6,000 *** (1,500)	24,000 (6,000)	42,000,000 (correspondente a 6,000 tons)
Trigo	Mocfer, Associações de Manica e Tete	Gaza, Manica, Tete	200	400	2,000,000
Soja	ONG's e associações, SEMOC, Lozane farm		250	375	1,875,000
Girassol	ONG's e associações, Lozane farm, SEMOC		800	1,600	8,000,000
Mandioca					
Batata-reno			312.5	3,125	21875000
Total					204,875,000

Esta semente resulta da semente básica produzida na campanha 08/09.

*** condicionado a expansão de regadios

Tabela 57: Produção de semente certificada II na campanha agrícola 2010/11

Cultura	Actores	Locais	Área total (ha)	Produção esperada (ton)	Custo de produção (MT)
Milho	SEMOC, MIA–Mocfer, PANNAR, APROSEL, HORTIMOC, Dengo Comercial, Lozane Farm, Semente perfeita, Qualita, Associações	Chókwè (Gaza), Umbeluzi (Maputo), Alto Molócue (Zambézia), Sussundenga (Manica) e Tete	756,000	2,268,000 (5,000)	25,000,000 (correspondente a 5,000 tons)
Arroz	Mocfer, Lozane farm, associações de Zambézia, Sofala, Nampula	Chokwe (Gaza), Zambézia	120,000	480,000 (6,000)	42,000,000 (correspondente a 6,000 tons)
Trigo	Mocfer, Associações de Manica e Tete	Gaza, Manica, Tete	4,000	8,000	40,000,000
Soja	ONG's e associações, SEMOC, Lozane farm		6,250	9,375	46,875,000
Girassol	ONG's e associações, Lozane farm, SEMOC		64,000	96,000	480,000,000
Mandioca					
Batata reno			312.5	3,125	21875000
Total					136,270,000

Tabela 58: Necessidades e disponibilidade de semente (ton)

Culturas	2008/09			2009/10			2010/11		
	Nec	Disp	Def Exc	Nec.	Disp	Def Exc	Nec	Disp	Def Exc
Milho	2,000	2,000	0	4,000	4,000	0	5,000	5,000	0
Arroz	2,200	2,241	41	13,450	3,000	10,450	19,950	6,000	-13,950
Trigo	1,100	0	-1,100	1,860	0	-1,860	3,825	0	-3,825
Mandioca	45,000	45,000	0	90,000	90,000	0	150,000	150,000	0
Batata Reno	8,982	0	-8,982	10,244	0	-10,244	13,560	0	-13,560
Soja	750	100	-650	1,250	150	-1,100	2,000	300	-1,700
Girassol	300	50	-250	600	100	-500	900	200	-700

Variedades:

- Milho (Matuba, Tsangano, Mocuba, Sussuma, Changalane, OLIMPACA, PAN 67);
- Arroz (var. Modernas: ITA 312, Limpopo, C4-63; Var. Tradicionais - Agulha, Chupa, Mamima, Chibiça)
- Batata-reno (BP1, Liseta)
- Mandioca (Xinhembwe, Cucci – Sul; Nikwaha, Likonde - Norte);
- Girassol (Black record, saona);
- Soja (soprano)

Tabela 59: Plano de aquisição de sementes e orçamento previsto para

Cultura	Campanha 08/09		Campanha 09/10		Campanha 10/11		Fonte de Semente	Observações
	Quant. (ton)	Orc. (em milhões de MT)	Quant. (ton)	Orc. (MT)	Quant. (ton)	Orc. (MT)		
Milho	2,000	40	4,000	80	5,000	100	Nacional	
Arroz	2,200	55	13,450 (3,000)*	75	19,950 (6,000)	150	Nacional	Disponibilidade de semente limitada
Trigo	1,100	33	1860	55.8	3,825	114.8	Importada	Disponibilidade de semente nacional a partir do ano 4
Mandioca	45,000 estacas	0.045	90,000	0.1	150,000	0.15	Nacional	
Batata-reno ⁶	8,982	224.6	10,244	256	13,560	339	Importada	
Soja	750 (100)*	11.3	1250	18.8	2,000	30	Importada + nacional	
Girassol	300 (50)*	4.5	600	9	900	13.5	Importada + nacional	
Total		368.4		494.7		747.5		

- Nos primeiros 3 anos os agricultores terão que usar a sua própria semente.
- Está prevista a produção de cerca de 15,000 ton de semente em 2010/11 para satisfazer as necessidades de semente de qualidade no ano seguinte (2011/12).
- O MINAG deverá garantir a renovação da semente em, através da importação de semente básica em pelo menos 125 ton/ano

⁶ O Governo vai financiar o programa de renovação de semente em 125 ton de semente básica importada anualmente. Deste programa resultará disponibilidade de semente a partir do ano 4. Durante este período a produção dependerá da semente seleccionada localmente e importada.

ANEXO 4: PROGRAMA DE AMENDOIM

Tabela 60: Produção de Amendoim

Amendoim	Producao		
	2008/09	2009/10	2010/11
Campanha			
Sem Intensificao	158.600	163.600	168.600
Com Intensificacao	27.786	38.900	48.903
P1	27.786	38.900	48.903
Total de Producao	186.386	202.500	217.503
Consumo	0	0	0
Deficit/Exce	186.386	202.500	217.503
Semente Certificada (c1/c2) (tn)	2.315	2.779	3.056
Credito de campanha (Mt)	18.523.814	22.228.577	24.451.435
Credito em dolares (\$usd)	740.953	889.143	978.057
Taxa de crescimento		9%	7%

Total	463.095	555.714	611.286
Area sem Intensificacao	463.095	555.714	611.286
Area a Intensificar(ha)	46.310	55.571	61.129
P1	46.310	55.571	61.129

Nota: Amendoim intensificar-se a 10% da area total normal para cada ano
Rendimentos previstos 0,6 a 0,8 até ano tres.

Distritos prioritários para a produção de amendoim:

Província de Nampula

- Nacarôa
- Muecate
- Meconta
- Mecuburi
- Lalaua
- Morrupula
- Mogovolas

Província de Inhambane

- Jangamo
- Homoíne
- Massinga
- Vilankulos
- Zavala

ANEXO

COOPERAÇÃO MOÇAMBIQUE-CUBA NO ÂMBITO DA PESQUISA E EXTENSÃO

O MCT tem uma abordagem sistemática que cobre a investigação e a inovação a longo se toda a cadeia contemplando:

Especialistas a nível regional (3) para facilitar a implementação de programas e projectos disponibilizando conhecimentos e experiências aos distritos da região; Investigadores seniores, nas distintas estações experimentais nomeadamente: Chobela (2 especialistas) para produção animal e processamento de derivados com impacto directo na produção das comunidades da região sul; Umbeluzi (2 especialistas) para produção hortícola e frutícola, com implementação dos resultados nas respectivas cadeias de valor para produção familiar e comercial; Nicoadala (2 especialistas), Maganja da Costa e Mopeia para a produção familiar e comercial de arroz desde as variedades, sementes, irrigação, até o processamento e comercialização; Lichinga (2 especialista) com um projecto de formação e criação de capacidades empreendedorial a partir da Escola Agraria e a Estação Agraria, que inclui a produção de sementes para a comercialização.

Especialistas ao nível dos distritos (100), para criação de equipas para contribuir no desenvolvimento e implementação de sistema de produção agro-pecuária ao nível distrital, com vista a garantir o incremento sustentável da produção de alimentos e sua comercialização com base na aplicação da ciência, tecnologia e inovação.

Termos de Referência para equipas de especialistas cubanos na Área da Agricultura para o trabalho nos Distritos.

O MCT estabeleceu com o governo cubano um acordo de assistência técnica no marco da visita do Sr. Presidente da República Armando Guebuza, a vinda de 100 especialistas para trabalharem nos distritos por um período de dois anos, nas áreas e condições que a seguir se descrevem:

Objectivo: Contribuir para o desenvolvimento e implementação do sistema de produção agro-pecuária a nível distrital, com vista a garantir o incremento sustentável da produção de alimentos e a sua comercialização com base na aplicação da ciência, a tecnologia e a inovação.

Composição das equipas: As equipas serão constituídas por 3 a 6 membros tendo em conta as características e potencialidades de cada distrito.

- Nos distritos vocacionados para produção agrícola estarão formados por:
 - 1 Agrónomo (produção de sementes, tecnologias agrícolas designadamente de plantação, manejo e colheita, etc);
 - 1 especialista em sanidade vegetal (sistema de controlo de pragas e doenças, identificação e produção de meios biológicos para o controlo integrado de pragas e doenças em base nos recursos naturais de Moçambique em geral e do distrito em particular);
 - 1 especialista em manejo de solos e nutrição vegetal (métodos de preparação do solo; melhoramento e conservação de solos, fertilização mineral e orgânica com base nos recursos naturais do distrito).

- Nos distritos vocacionados para produção animal estarão formados por:
 - 1 especialista em produção animal (sistemas de manejo, reprodução, alimentação);
 - 1 nutricionista com domínio de manejo de pastagem e produção de rações;
 - 1 especialista em sanidade animal para o diagnóstico e controlo de doenças;

- Nos distritos vocacionados para produção agrícola e animal (agro-pecuários) as equipas integrarão especialistas dos grupos anteriores sendo a proporção e o número total dependentes da importância de cada tipo de produção.

- Os distritos com condições e objectivos de produção comercial (culturas agro-industriais como arroz, cana-de-açúcar, tabaco, entre outras) poderão contar, de forma permanente ou eventual, com o apoio de especialistas em irrigação, mecanização e/ou agroprocessamento.

Habilidades e competências gerais das equipas: Os quadros seleccionados, nos termos acima deverão trabalhar em equipa e, nesta base, assegurar:

1. Elaboração de diagnóstico de potencialidades e constrangimentos para a produção;
2. Elaboração do plano integral de produção agrícola, animal ou agro-pecuária, incluindo a fase de comercialização dos produtos;
3. Elaboração de pacotes tecnológicos para cada cultura e/ou espécie animal nas condições de cada ecossistema (variedades, preparação do solo, manejo filotécnico, irrigação, fertilização, controle integrado de pragas e doenças, rotação de culturas, recolha, conservação e comercialização, utilização de resíduos, diversificação);
4. Implementação de sistemas de assistência técnica aos agricultores em matéria de melhoramento e conservação de solos, fertilização orgânica e mineral, sanidade vegetal e animal;
5. sistema de produção e certificação de sementes e reprodutores
6. Difusão das tecnologias e procedimentos técnicos;

7. Capacitação dos produtores, camponeses, e população em geral;
8. Capacitação de quadros (técnicos, licenciados e mestres) que sejam parte do sistema de desenvolvimento do distrito
9. Promover acções que contribuam para que o conhecimento local e científico moderno, de forma complementar, proporcione uma mais valia ao desenvolvimento das comunidades.

Requisitos

1. Ser Técnicos Superiores (Engenheiros Agrónomos, Médicos Veterinários e outros Licenciados com perfis profissionais adequados à actividade a desenvolver).
2. Ter avaliação positiva da pratica produtiva anteriormente executada
3. Ter boas condições de saúde e disponibilidade para viver nos distritos.